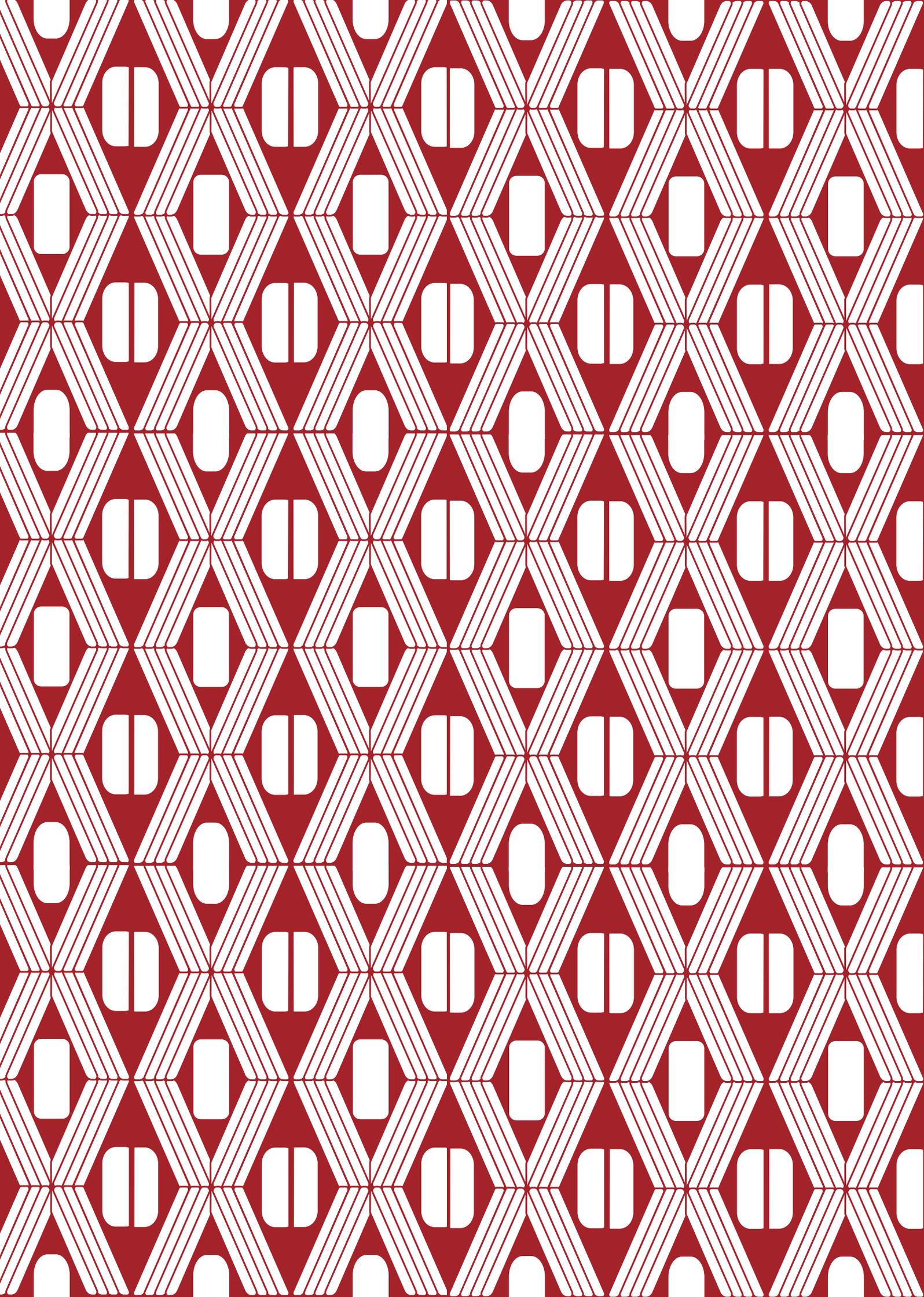


JOSEFA PATAXÓ

MEMÓRIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS DO NORDESTE



CADERNO DE ATIVIDADES



Universidade Federal da Bahia
Pró-Reitoria de Extensão
Ação Curricular em Comunidade e Sociedade
Fórum Permanente de Artes e Tradições Populares
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Antropologia e Etnologia
Programa de Educação Tutorial - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas
Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro

CADERNO DE ATIVIDADES

ACCS 2023.1

DONA JOSEFA FERREIRA PATAXÓ

Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste

Salvador, Março de 2023

CRÉDITOS

Caderno de Atividades - Dona Josefa Ferreira Pataxó

Elaboração: Felipe Bruno Martins Fernandes

Revisão: Esther Pillar Grossi, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, Rutian do Rosário dos Santos, Valéria Lopes Redon

Ilustrações e diagramação: Daniel Navarro do Nascimento Carvalho

ACCS 2023.1 - Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste

Docente: Felipe Bruno Martins Fernandes

Auxiliar Docente: Rutian do Rosário dos Santos

Docentes Colaboradores: Anari Braz Bomfim, Arissana Braz Bomfim de Souza, Esther Pillar Grossi, Genilson dos Santos de Jesus, Genival Conceição dos Santos, Jerry Adriane Santos de Jesus, José Ferreira dos Anjos, Juliana do Rosário Santos, Júlio César de Sá da Rocha, Jurema Machado de Andrade Souza, Maria Rosário Gonçalves de Carvalho, Marilene da Conceição Ferreira.

Monitores: Juliana do Rosário Santos, Thays Santos Silva, Vanessa Santos Pinheiro

Equipe PET Comunidades Indígenas (2023): Ane Kethleen Ferreira da Silva, Doriel Santos dos Nascimento Silva, Eloísa Amor Divino dos Santos, Graziely Silva Oliveira, Henrique da Silva, Jênica Silva Barbosa, Marcos Juan de Jesus Aquino, Rutian do Rosário Santos, Vanessa Santos Pinheiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dona Josefa Ferreira Pataxó [livro eletrônico] :
memórias da luta e resistência dos povos
indígenas do Nordeste : caderno pedagógico /
[coordenação Felipe Bruno Martins Fernandes ;
ilustração Daniel Navarro do Nascimento
Carvalho]. -- 1. ed. -- Salvador, BA :
Ed. dos Autores, 2023.
PDF.

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-60072-8

1. Ações afirmativas 2. Antropologia
3. Cultura indígena 4. Indígenas - Direitos
fundamentais 5. Indígenas - Educação 6. Povos
indígenas (Pataxó) - História 7. Povos indígenas
(Pataxó) - Identidade étnica 8. Povos indígenas
(Pataxó) - Usos e costumes 9. Universidade Federal
da Bahia I. Fernandes, Felipe Bruno Martins.
II. Carvalho, Daniel Navarro do Nascimento.

23-141184

CDD-378.098142

Índices para catálogo sistemático:

1. Povos indígenas : Pataxós : Ensino superior :
Educação 378.098142

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Realização e Apoio:



PREFÁCIO,	04
APRESENTAÇÃO.....	05
CONTRATO PEDAGÓGICO.....	07
SIM, NÃO, POR QUÊ?.....	08
TEXTOS.....	14
JOSEFA FERREIRA, RESISTÊNCIA NA LUTA PELO TERRITÓRIO.....	15
PATAXÓ.....	24
A IMPORTÂNCIA DE GRANDES LÍDERES NA CONQUISTA DOS DIREITOS INDÍGENAS.....	42
CAMINHADA À TERRA PATAXÓ: TRAÍÇÃO DOS BRANCOS, CAUSA DO MASSACRE.....	46
ENEM 2022.....	48
O QUE É UMA RETOMADA.....	50
QUANDO TUDO COMEÇOU.....	50
MAPAS.....	52
PATXÔHÃ - LÍNGUA DE GUERREIRO, 57	
ETIQUETAS.....	62
ETIQUETAS PATXÔHÃ.....	63
PRIMEIRA ENTREGA.....	65
SEGUNDA ENTREGA.....	67
TERCEIRA ENTREGA.....	69
ALFABETO DO CAMPO CONCEITUAL DE DONA JOSEFA PATAXÓ.....	71
ATIVIDADES.....	72
BIBLIOGRAFI.....	118





“Ouvir e contar a história de Dona Josefa é um momento de conhecimento, resistência e luta da nação Pataxó. Ela foi a primeira mulher a participar de uma reunião em uma época em que só os homens tinham vez e voz. Dona Josefa lutou especificamente pela questão de suas terras, sempre em busca da demarcação do nosso território tradicional. Para os povos indígenas, a demarcação de terras é de suma importância, pois é o fundamento principal da nossa segurança, paz, melhoria e bem-viver. Nós mulheres somos parte importante e decisiva nessa construção.”

Marilene da Conceição Ferreira

APRESENTAÇÃO

No ano de 2022, o tema da curricularização da extensão universitária foi muito discutido nos departamentos dos cursos de ensino superior. Isso aconteceu por causa de uma resolução do Ministério da Educação que determinou a implementação da extensão universitária nos cursos de formação inicial de todas as instituições universitárias do Brasil até o dia 19 de dezembro.

Para cumprir essa normativa, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), em diálogo com o movimento de estudantes indígenas, criou o componente curricular FCHM36 - Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste. O objetivo é promover uma conexão de saberes entre os povos indígenas e a formação universitária em antropologia oferecida na instituição.

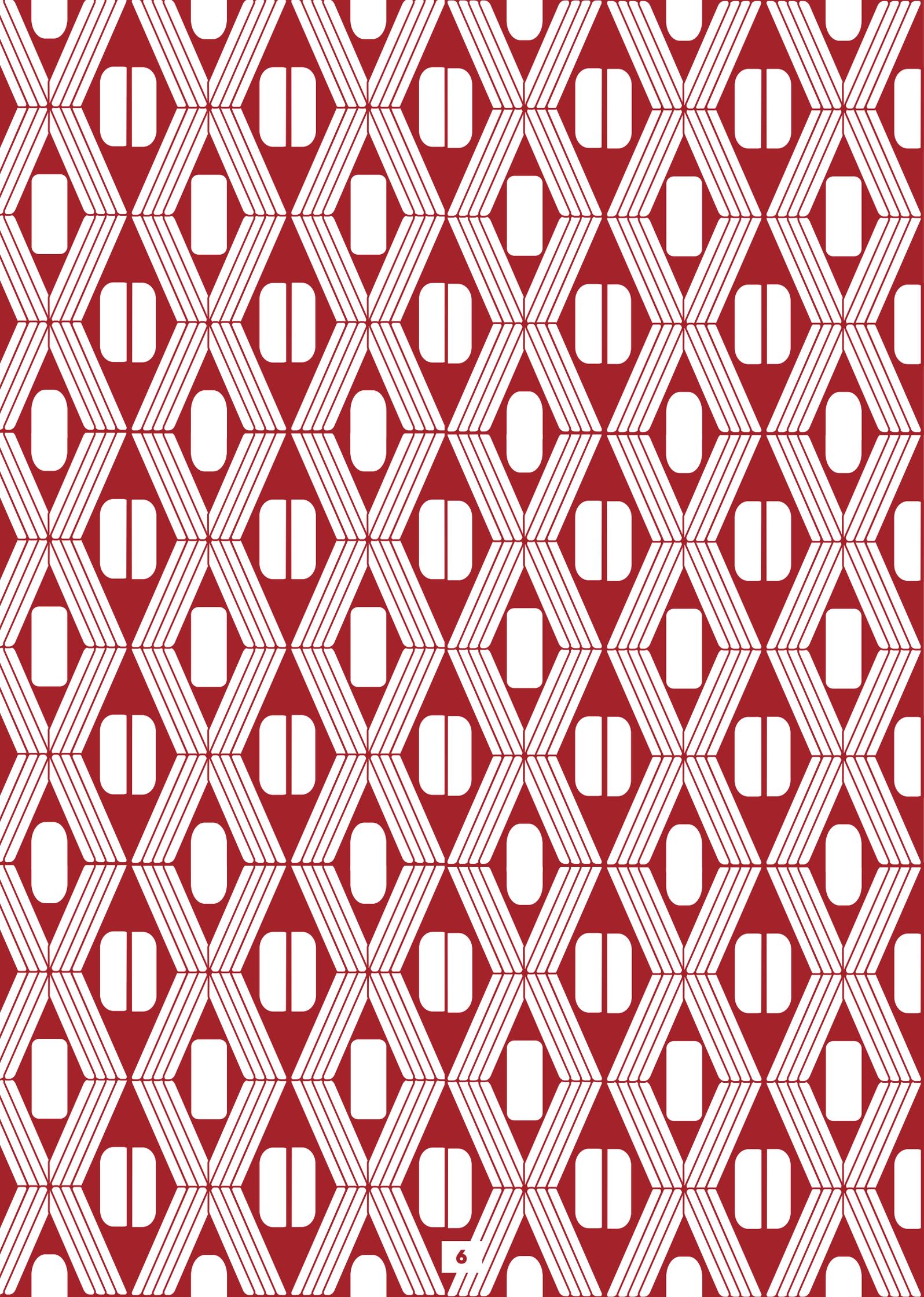
Além disso, em 2019, foi criado na UFBA o Fórum Permanente de Artes e Tradições Populares (FORPOP), que promove atividades de formação em colaboração com mestras e mestres da tradição popular. Para as atividades que serão realizadas no primeiro semestre de 2023, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) provocou a submissão de uma proposta de disciplina que valorizasse as contribuições de uma liderança indígena.

Em diálogo com estudantes indígenas, gestores, pesquisadores e lideranças do movimento, foi decidido trabalhar a trajetória de Dona Josefa Ferreira (in memoriam), primeira mulher indígena a liderar a luta pela demarcação do território Pataxó de Barra Velha, no extremo sul da Bahia.

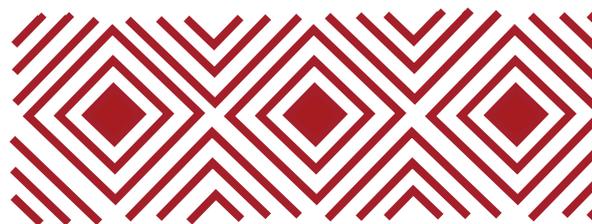
Com o apoio do Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação (GEEMPA), foi criado este caderno de atividades baseado nos princípios das teorias pós-construtivistas da aprendizagem. As atividades são baseadas nas etapas de pós-alfabetização e letramento científico e foram desenvolvidas de forma colaborativa. O objetivo é não apenas difundir os saberes indígenas na universidade, especialmente do Povo Pataxó, mas também contribuir para o crescimento intelectual dos estudantes, tanto indígenas quanto não indígenas, que participarem das atividades.

Desejamos a todos um semestre de muitas aprendizagens!

**Felipe Bruno Martins Fernandes
Rutian do Rosário dos Santos**



CONTRATO PEDAGÓGICO



Somos a turma da ACCS Memórias da Luta e Resistência dos Povos Indígenas do Nordeste, do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia.

Neste semestre estudaremos as agendas de luta dos povos indígenas do Brasil, a luta indígena pela demarcação de terras, as memórias da resistência dos povos indígenas, os povos indígenas do Nordeste do Brasil e o protagonismo político das mulheres indígenas.

Isso é maravilhoso!

No nosso contrato pedagógico, todas e todos os estudantes vão sair compreendendo estes conteúdos.

Mas para isso ninguém pode faltar à aula e as atividades de campo, é preciso fazer toda semana as lições de casa e trabalhar muito bem nos grupos.

Decore o crachá e escreva o nome que você deseja ser chamada(o) nesta disciplina. Este crachá permanecerá com a equipe e será distribuído no início de cada aula ou atividade de campo e deve ser devolvido ao final.



SIM, NÃO, POR QUÊ?

Por Esther Pillar Grossi

Esse instrumento tem por finalidade substituir uma Aula-Entrevista quando já se conhece os níveis psicogenéticos de um Campo Conceitual.

Os níveis psicogenéticos correspondem a sequencia ascendente de hipóteses que o aprendiz formula no processo de construção de um conhecimento. Hipóteses são os erros desejáveis e necessários para aceder a saberes.

Este Sim, Não, Por quê? tem três focos:

A história da guerreira Josefa Ferreira Pataxó.
A melhoria da produção escrita dos estudantes a que ele se destina.
A diversidade inerente ao convívio humano.

GEEMPA

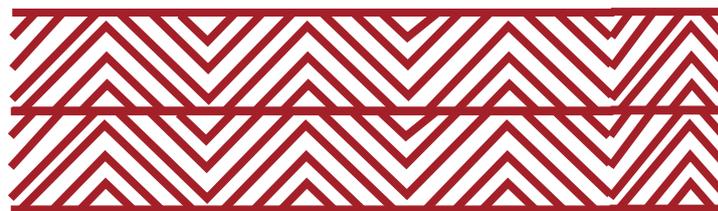
O GEEMPA - Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação é um grupo de estudos e pesquisas em educação que foi criado em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Com o objetivo de estudar a metodologia de pesquisa e ação na educação, o grupo tem se dedicado a produzir conhecimento e promover a formação de professores.

Um dos focos de estudo do GEEMPA tem sido a alfabetização e o ensino de matemática a partir das teorias pós-construtivistas e da teoria dos campos conceituais. Essas teorias buscam entender como o conhecimento é construído pelos indivíduos a partir de suas experiências e como os conceitos são organizados em campos conceituais.

O trabalho do GEEMPA é de extrema importância para a educação, pois busca desenvolver práticas pedagógicas mais eficazes e inovadoras, que levam em conta as diferentes formas de aprendizado e as características de cada turma.

Convidamos a todas e todos a conhecerem o site do GEEMPA (<https://geempa.com.br/>), onde é possível encontrar diversas publicações, artigos e projetos desenvolvidos pelo grupo. Acreditamos que a visita ao site pode ser muito enriquecedora e inspiradora para todas e todos aquelas/es que se interessam pela educação e pelo desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes.

SIM, NÃO, POR QUÊ?



1) Sabe-se quando nasceu Josefa Ferreira Pataxó?

SIM

NÃO

Por quê?

2) Josefa Ferreira Pataxó nasceu em Salvador?

SIM

NÃO

Por quê?

3) Josefa Ferreira Pataxó teve a oportunidade de estudar?

SIM

NÃO

Por quê?

4) Epifânio Ferreira era pai de Josefa Ferreira Pataxó e Cacique da Aldeia de Barra Velha?

SIM

NÃO

Por quê?

5) Ao morrer Epifânio passou o cacicado a seu filho homem como era o costume dos indígenas?

SIM

NÃO

Por quê?

6) A luta do Povo Pataxó pelos direitos territoriais começou com Josefa Ferreira Pataxó?

SIM

NÃO

Por quê?

7) As mulheres participavam de reuniões de líderes de comunidades indígenas nos anos 1950?

SIM

NÃO

Por quê?

8) Josefa Ferreira Pataxó participou abertamente da reunião com representantes do governo que foram negociar o remanejamento da comunidade de Barra Velha a fim de implantar o Parque Nacional do Monte Pascoal?

SIM

NÃO

Por quê?

9) Lideranças indígenas aceitaram a imposição do governo?

SIM

NÃO

Por quê?

10) Você sabe o que foi o “Fogo de 1951”?

SIM

NÃO

Por quê?

11) Comunicar-se é muito importante?

SIM

NÃO

Por quê?

12) Falar é a única maneira de comunicar-se?

SIM

NÃO

Por quê?

13) Expor falando nossas ideias, nossas opiniões ou nossas lembranças nos ajuda a pensar melhor?

SIM NÃO

Por quê?

14) Escrever corresponde a falar duas vezes?

SIM NÃO

Por quê?

15) Escrever ajuda a bem organizar os pensamentos?

SIM NÃO

Por quê?

16) Escrever nos torna mais inteligentes do que falar?

SIM NÃO

Por quê?

17) As palavras podem ajudar a curar sofrimentos?

SIM NÃO

Por quê?

18) Os conhecimentos podem ser melhor formulados com a escrita?

SIM NÃO

Por quê?

19) Aprende-se a escrever, escrevendo?

SIM NÃO

Por quê?

20) Primeiro se tem que estudar gramática para depois escrever texto?

SIM NÃO

Por quê?

21) Saber escrever palavras é o mesmo que saber produzir um texto?

SIM NÃO

Por quê?

22) Bem pensar ajuda a ser feliz?

SIM NÃO

Por quê?

23) Alguma pessoa é igual à outra?

SIM NÃO

Por quê?

24) Algum grupo humano é igual ao outro?

SIM NÃO

Por quê?

25) As diferenças complicam nossas vidas?

SIM NÃO

Por quê?

26) As diferenças enriquecem o convívio social?

SIM NÃO

Por quê?

27) As diferenças obrigatoriamente se ordenam de melhores à piores?

SIM NÃO

Por quê?

28) Todos os conhecimentos são iguais?

SIM NÃO

Por quê?

29) Os conhecimentos dos indígenas são diferentes dos conhecimentos dos brancos?

SIM NÃO

Por quê?

30) A relação dos indígenas com a natureza é mais sábia que a relação dos brancos com ela?

SIM NÃO

Por quê?

31) Os conhecimentos dos indígenas são inferiores aos dos brancos?

SIM NÃO

Por quê?



TEXTOS

JOSEFA PATAXÓ

Por: Juliana do Rosário Santos Pataxó

FONTE:

PATAXÓ, Juliana do Rosário Santos. Josefa Ferreira, resistência na luta pelo território: subsistência e cultura através da relação com a terra. **Os Brasis e Suas Memórias**: os indígenas na formação nacional, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 1-10, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-josefa-pataxo/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

JOSEFA FERREIRA, RESISTÊNCIA NA LUTA PELO TERRITÓRIO: SUBSISTÊNCIA E CULTURA ATRAVÉS DA RELAÇÃO COM A TERRA

Josefa Ferreira nasceu na aldeia Pataxó de Barra Velha, em data que seus parentes não conseguem precisar, e viveu toda a sua vida nessa comunidade. Os Pataxó viviam em quase isolamento e eram esquecidos pelo Estado, e talvez por este motivo Josefa não teve a oportunidade de estudar, casou-se cedo, e passou a se dedicar aos filhos e aos afazeres comuns de uma mulher indígena. A vida de Josefa mudou quando, em seu leito de morte, seu pai, Epifânio Ferreira, deu-lhe a missão de guiar o povo Pataxó para a reconquista do território de Barra Velha. O pai de Josefa era o cacique da aldeia e mesmo sabendo que o cacicado iria para o seu filho, por este ser homem, ele confiou a ela o seu legado. Epifânio via em Josefa uma liderança, e sabia que ela não iria se corromper pelas propostas do IBDF[3].

Na época em que Josefa Ferreira se tornou liderança, os Pataxó estavam em um período de reorganização e sérios conflitos. Havia sofrido décadas atrás um violento massacre conhecido por “Fogo de 51”[4], e lutavam por direitos territoriais em confronto direto com o Estado em função da implantação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP)[5]. Por causa do enfrentamento aos Guardas do PNMP, para poder plantar para a sobrevivência do povo e lutar para a ampliação da terra, Josefa tornou-se um símbolo de resistência na luta pela demarcação de seu território. É considerada pelas mulheres Pataxó como exemplo de mulher guerreira, teimosa e persistente, que não desistiu da luta mesmo encontrando vários obstáculos.





Dona Josefa, como era conhecida, foi a primeira mulher Pataxó a participar de uma reunião composta em sua totalidade por homens. Na época em que viveu as mulheres não participavam de reuniões da comunidade, pois estas eram compostas apenas por lideranças masculinas.

Nessa época, os (as) Pataxó enfrentavam dificuldades, pois não conseguiam plantar e viviam em atrito com os guardas florestais do Parque Nacional Monte Pascoal, o que levou o Governo Federal a fazer uma proposta de remanejamento da comunidade indígena para outro local.

Então vieram alguns representante do Governo Federal pra uma reunião com as lideranças. Josefa Ferreira, ao saber da reunião e da importância do que iria ser discutido, decidiu participar, mas compreendia que não poderia fazer enfrentamento aos homens, pois certamente não a deixariam participar.

Dona Josefa definiu, então, um plano para participar da reunião e não ser percebida, enquanto a reunião acontecia, servia café para acompanhar a discussão. Quando Josefa Ferreira percebeu que os homens haviam decidido mudar de território, ela não se conteve, e, energeticamente, disse que jamais sairia daquele lugar, demonstrando a importância de seu território. Assim, convenceu os indígenas a permanecer ali e resistir.

Cornélio de Oliveira (1985) descreve Josefa Ferreira como a pessoa que definiu a permanência dos(as) Pataxó no seu território tradicional de Barra Velha, e cita a frase proferida por ela na reunião entre os homens Pataxó e representantes do governo: “Bem, doutor, eu também sou índia. Sou a mais velha e filha do cacique. Estou escutando que os homens estão concordando em sair daqui. Só se eles quiserem sair, mas eu não saio”.

Esse episódio tornou Josefa Ferreira personagem da memória coletiva Pataxó, sendo sempre lembrada por sua perseverança, bravura, persistência e luta.

Josefa se empenhou pela demarcação do território Pataxó de Barra Velha. Sua luta foi intensa para garantir tudo que desejava para seu povo. Trabalhou pelo seu território, pois seu povo passava fome por não ter onde plantar, como contou seu filho em entrevista realizada para a minha pesquisa.

Na época em que Josefa Ferreira viveu o acesso à informação sobre direito ao trabalho era precário, uma vez que o território não fora demarcado, por se tratar de um período em que os direitos

territoriais ainda não estavam estabilizados, mesmo sendo o direito à terra um direito originário.

As Constituições Federais de 1934 e 1967, vigentes ao período em que Josefa viveu, não traziam segurança de demarcação das terras dos (as) indígenas, apenas garantiam o usufruto os índios das terras ocupadas por estes. O Estatuto do Índio fora criado em 1973.

As Constituições anteriores tinham uma visão integracionista, não respeitavam as diversidades desses povos e seus costumes. , queria aculturá-lo ou, seja “civilizá-los”, o que vem mudar com a Constituição Federal de 1988.

Como relata Melissa Volpato Curi (2010):

Anterior à Constituição, os povos indígenas possuíam na verdade direitos transitórios, já que estes eram garantidos até que os índios se transformassem em “civilizados”. Só então a partir de 1988 é que lhes foram garantidos direitos permanentes, assegurando a estes povos a manutenção de sua cultura e a legitimação de suas características próprias e diferenciadas.(CURI,2010,p.2)

A intenção dos órgãos do Governo a época era “civilizar” os indígenas para poder apossar de suas terras e dizer que não eram mais indígenas por estarem integrados à sociedade nacional, e que o direito serviria apenas para aqueles que não tivessem o contado com o “brancos”. Essa estratégia ainda é utilizada hoje para demarcação, onde atacam a identidade desses povos para dizer que não possuem direitos, mesmo com as garantias dos povos indígenas na Constituição Federal de 1988.

Naquela época, assim como hoje em dia, os direitos indígenas eram desrespeitados, principalmente o direito ao território. José Ferreira, filho de Josefa e ex cacique de Barra Velha, disse-me que ao invés vez de demarcar a terra, o governo da época da criação do Parque Nacional Monte Pascoal objetivava retirar os(as) indígenas, expulsá-los(as) e apossar-se de suas áreas, para tornar a área um monumento histórico. Trazendo uma lógica jurídica para a criação de Parques de que para preservar é necessário não ter presença humana, não levando em consideração de que se existe área preservada se deve a esses povos que sempre foram os guardiões.

Josefa Ferreira ingressou na luta para não sair do que era seu por direito para andar em terras alheias, “porque no dela ela manda e nos dos outros seria mandada”, me disse José, afirmando que Josefa não deixaria seu território por nenhum outro.

Com todas as perseguições sofridas pelo povo Pataxó, Josefa Ferreira

surge como uma líder de resistência por não aceitar a imposição de outros líderes e apoiadores da saída do território Pataxó.

[...] Com sua atitude de rejeição à proposta das autoridades governamentais, outros índios resolveram permanecer em Barra Velha, restando-lhes uma persistência para os enfrentamentos com os guardas florestais e, também, um sentimento de conquistas em consequências de suas lutas e determinações. (CUNHA, 2010, p.98)

Sobre esse assunto, José conta, ainda, que sua mãe era uma índia destemida, que sabia que não estava cometendo crime algum. Segundo ele, Josefa falava com firmeza, pois estava no seu direito, “ela pisou forte mesmo no chão e falou que dali ninguém tirava ela, porque ela era dona do território dela”.

Essa forma de Josefa proceder incomodou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que não demorou a confrontá-la, gerando assim, um impasse entre Josefa e a instituição. O plano do IBDF era retirar Josefa e os demais indígenas de suas terras para torná-la Parque Nacional do Monte Pascoal, preservando sua fauna e flora, elevando-o à categoria de monumento nacional.

A diáspora parecia ser uma necessidade de sobrevivência para esses índios, devido a perseguição em que se encontravam. Contudo, o ponto crucial que marcaria, mais uma vez, a permanência dos Pataxó em Barra Velha foi a atitude de Josefa Ferreira ao enfrentar os responsáveis pelas indenizações que já acertavam pagamentos para que muitas famílias saíssem de Barra Velha em prol da preservação do PNMP. (CUNHA, 2010, p.97)

Algumas famílias Pataxó aceitaram ser indenizadas pelas benfeitorias realizadas e entregaram a terra para o IBDF, mas Josefa não aceitou. Ela se negou a fazer qualquer tipo de negociação com o Instituto, pois o acordo era desproporcional e interessava muito mais ao Estado, que queria pagar uma indenização com um valor insignificante aos (as) indígenas para que saíssem de seus territórios e, com isso, o Parque Nacional do Monte Pascoal –(PNMP) fosse criado.

José Ferreira disse que naquela época, por conta das interferências do IBDF no território indígena, não somente Josefa, mas toda a comunidade se encontrava em condições precárias de existência. Padeciam de fome porque não podiam plantar, pescar, caçar e nem fazer uso de nenhum bem ambiental, pois eram proibidos pelos administradores do PNMP.

Os (as) indígenas temiam ser apanhados pelos guardas florestais, que poderiam prendê-los (as). As ameaças de prisão eram

constantes, até mesmo para aqueles (as) que aventurassem plantar para sustentar sua família, sob alegação de que aquelas terras pertenciam ao Parque, muito embora, os (as) indígenas já habitassem aquela região há várias gerações, vivendo daquilo que era oferecido pela natureza, de forma equilibrada e sustentável.

O Parque Nacional do Monte Pascoal foi criado em 1961, sobrepondo-se ao território indígena, impedindo-as de fazer uso dos meios necessários para sua existência, proibindo o acesso ao rio, à floresta e a terra.

Diante dessas situações, mesmo sabendo do risco de ser presa, Josefa Ferreira resolveu plantar sua roça. Costumava dizer que “não iria morrer depois de criada”, referindo-se ao fato de ter um território herdado de seus ancestrais, no qual os seus pais sustentaram toda sua família, inclusive ela, e que agora estava ameaçado.



Nesse período, os (as) indígenas eram impedidos (as) de trabalhar nas suas próprias terras, pois esse território passou a ser afetado como parque nacional. E essa decisão representou o extermínio



silencioso dos povos indígenas, sem o uso de arma de fogo, como outrora se fazia. Segundo José, com três dias do início do trabalho para o plantio da roça, alguns indígenas associados ao IBDF fizeram a denúncia sobre Josefa e seu filho.

Josefa foi uma mulher que lutou muito pelo direito a terra. Na época em que viveu, chegou a enfrentar os guardas do Parque Nacional do Monte Pascoal pela garantia e efetivação desse do seu direito de cultivar a terra, contou Romildo Ferreira dos Santos, outro ex-cacique da aldeia de Barra Velha.

Segundo o relato de seu filho José, Josefa então disse: “eu vou presa, mas eu não quero ficar nem em Porto Seguro, e nem em Itamaraju, nem também em Eunápolis, se vocês querem mesmo me prender, me leva pra Brasília”. E enfatizou que “quando alguém fosse visitá-la, ela poderia contar os motivos pelo qual estava em cárcere”.

Josefa e seu filho mais velho, este ainda menor de idade, foram levados presos para Itamaraju.. José contou que tinha apenas doze anos nessa época e que ficou responsável pelos seus irmãos menores.

Depois que retornou de Itamaraju, após conversar com o delegado, Josefa novamente plantou. “Os guardas chegavam muitos bravos e violentos, queriam prendê-la, levava ela debaixo de ordem, foi detida diversas vezes, a última vez ocorreu quando ela queimou a roça” [6]. O delegado teria advertido “Olha, Dona Josefa, a senhora está abusando da lei, da boa vontade da gente e a gente está pedindo pra deixar essa roça, a senhora está abusando, nem os índios homens são teimosos como a senhora”.

Como percebemos no depoimento acima, Josefa era uma mulher de enfrentamento, não aceitava as ordens dos guardas do parque para não plantar, e isso não era bem visto, sobretudo por se tratar de uma mulher. Ninguém estava autorizado a cultivar a terra, nem mesmo os homens, que representavam e tomavam as decisões da aldeia. Admitir que uma mulher se insurgisse de forma tão pertinaz era quase impossível. Contudo, a atitude de Josefa Ferreira rompeu esse paradigma, sua rebeldia transpôs os limites do lugar e da posição que as mulheres indígenas Pataxó se encontravam, sem participação na política e nas decisões da comunidade.

Josefa, mesmo com ordem de prisão, continuou plantando.

Mesmo impossibilitada de plantar, Josefa Ferreira persistiu no trabalho da roça, chegando a ser detida e levada para Itamaraju. Quando questionada pelas autoridades locais por transgredir ordens estabelecidas pelo IBDF, destemidamente, ela se pronuncia:

Ninguém deu ordem não. Foi a fome que deu a ordem (CUNHA, 2010,p.98)

Josefa, por várias vezes, foi levada à presença do delegado local, que tentava convencê-la a não mais plantar, pois o seu ato era uma infração. Entretanto, com audácia, continuava plantando.

A perseverança e teimosia, de como lutou pelo território foi o maior aprendizado que ela deixou. Romildo Ferreira conta que com sua teimosia e persistência para continuar em seu território tradicional, Josefa conseguiu participar de uma reunião formada apenas por homens, pois na época em que viveu as mulheres não participavam das decisões políticas da comunidade e impediu que seu povo fosse removido para outro território.

Ela não aceitava sair de sua comunidade, da terra de seus antepassados e, se os homens quisessem sair, eles poderiam ir, mas ela continuaria lutando pelo seu território tradicional, pois Barra Velha era um local sagrado para ela.

O ex-cacique relatou que Josefa foi uma das pessoas responsáveis para a demarcação do território de Barra Velha, uma vez que ela sempre lutou pelo direito à terra e, em toda sua vida, nunca desistiu da luta. “Foi Josefa quem sempre crescia a roça quando a terra estava cansada e não dava mais para plantar. Então os outros a seguiam”. Compreendemos a partir do depoimento dessa liderança que, embora Josefa Ferreira não ostentasse a nomenclatura de liderança, na prática, ela exercia esse papel.

Romildo ainda conta que falar sobre Josefa é mantê-la viva na memória. “Nos rituais em qualquer lugar em que o Pataxó estiver à luta, o esforço dela sempre será lembrado, pois ela passou a ser sagrada para o povo Pataxó”.

Para o ex-cacique, existe uma diferença entre Josefa e as outras pessoas da comunidade, pois cada um(a) tem um dom, um jeito, uns(umas) são chamados(as) para cantar, dançar, outros(as) vão para frente de luta. Segundo ele, Josefa Ferreira foi uma mulher de ir para reuniões e lutar pelo direito ao território para ter o espaço da agricultura. Ele narra que é assim que ele se lembra dela, brigando nas reuniões da comunidade pelo direito à terra.

BIBLIOGRAFIA

CURI, Melissa Volpato. Os direitos indígenas e a constituição federal. **Consilium – Revista Eletrônica de Direito**, Brasília n.4, v.1 maio/ago. de 2010. Disponível em: <http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/downloads/consilium_04_03.pdf>. Acessado em: 18 mar. 2017.

CUNHA, R. C. S. _____. In: **O fogo de 51: Reminiscências Pataxó**. 146 f. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Administração e Comunicação). Universidade São Marcos. Santo Antônio de Jesus – BA, 2010. Disponível em: <http://www.mestradohistoria.com.br/imagens_sys/Rejane.pdf>. Acessado em: 18 mar. 2017.

OLIVEIRA, Cornélio Vieira de. **Barra Velha: o ultimo refúgio**. Londrina: [s.n.]. 1985.

NOTAS

[1] Texto adaptado e revisado por Jurema Machado de A. Souza (UFRB), a partir de capítulos do trabalho de conclusão de curso intitulado “O Protagonismo da Mulher Indígena Pataxó na luta e defesa de direitos territoriais”, do Bacharelado em Direito da Universidade Federal da Bahia, 2017, de autoria de Juliana do Rosário Santos.

[2] Indígena Pataxó da aldeia de Coroa Vermelha, Juliana Santos é bacharela em Direito pela UFBA e membro do MUPOIBA – Movimento Unido dos Povos Indígenas da Bahia. E-mail juliana_pataxo@hotmail.com.

[3] Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entidade autárquica, era integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura. Criado por Decreto-Lei 289, de 28 de fevereiro de 1967. Extinto pela Lei 7.732, de 14 de fevereiro de 1989.

[4] O “Fogo de 51” foi um ataque efetuado por policiais de Porto Seguro e Prado à aldeia de Barra Velha, em 11 de junho de 1951. Contra os índios pesava a acusação de furtos a um comerciante de Corumbau. A repressão resultou na prisão de 38 índios, incêndio de casas e roças, e em grande desespero e dispersão de muitas famílias. “No dia 11 de junho de 1951, o comandante das tropas, Major PM Arsênio Alves, declarou que o levante fora político e comunista e que em Barra Velha encontrara listas de endereços de militantes da Bahia e outros estados (A Tarde, 11/06/1951). No que concerne ao incêndio da aldeia, ele afirmou ter sido uma medida sanitária, aconselhada pelo médico da força policial, uma vez que no interior das casas havia, apodrecendo, “... bois abatidos dois dias antes...” (A Tarde, 11/06/1951).” (<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo/print>).

[5] Os Pataxó costumam dizer que “viviavam sossegados” até 1943, quando é publicado, no Diário Oficial do Estado da Bahia, o decreto

12.729 que cria o Parque Nacional do Monte Pascoal “com prerrogativa de monumento nacional, com os objetivos precípuos de rememorar o fato histórico do descobrimento do Brasil; preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas; e conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que possam desenvolver o turismo”. De fato, esse ato alteraria suas vidas drasticamente nas décadas subsequentes. Em 1961 é publicado novo decreto, o 242, com uma área de 22.500 hectares, uma vez que o primeiro decreto caducara sem que o governo federal tomasse as medidas efetivas para a implementação do referido parque. Os Pataxó foram informados que a partir daí não poderiam fazer roças, tão pouco extração de recursos naturais, além da ameaça constante de serem expulsos das terras. Com a instalação, no início dos anos 1970, de um posto indígena da Funai, em Barra Velha, é firmado um acordo com o IBDF, facultando aos Pataxó o plantio em algumas áreas desmatadas. Somente em 1991, ocorre a homologação de uma terra indígena de 8.627 hectares, cujo processo demarcatório teve início ainda em 1980, mas já insuficiente e com supressão de várias áreas de tradicional ocupação Pataxó. Em 1999, os Pataxó retomam o PNMP e o intitulam Parque Indígena de Monte Pascoal. Um estudo de revisão de limites do território Pataxó de Barra Velha é iniciado e concluído, contudo, o processo de regularização está paralisado. Seriam dois territórios em áreas contínuas, TI Barra Velha do Monte Pascoal (52.748 hectares) e TI Comexatiba (28.000 hectares). (SAMPAIO, José Augusto L. Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó de Monte Pascoal II: Espírito Santo, M. (Org.) Política Indigenista Leste e Nordeste Brasileiros. Ministério da Justiça/Funai, Brasília, 2.000); (<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/pataxo/print>).

[6]O ato de queimar a roça chamada pelos indígenas é a técnica conhecidas de Coivara que é uma técnica agrícola tradicional utilizada pelos indígenas que se inicia a plantação através da derrubada da mata

PATAXÓ

Por: Maria Rosário Carvalho e Sarah Miranda

FONTE:

CARVALHO, Maria Rosário de; MIRANDA, Sarah. Pataxó. In: **INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Brasil)**. Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, [2013/2021]. p. 01. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pataxó>. Acesso em: 21 nov. 2021.

Os Pataxó vivem em diversas aldeias no extremo sul do estado da bahia e norte de minas gerais. Há evidências de que a aldeia de barra velha existe há quase dois séculos e meio, desde 1767 (veja histórico da ocupação). Em contato com os não índios desde o século xvi e muitas vezes obrigados a esconder seus costumes, os pataxó hoje se esforçam para avivar sua língua patxôhã e rituais “dos antigos” como o awê.

NOME

“Pataxó é água da chuva batendo na terra, nas pedras, e indo embora para o rio e o mar.”

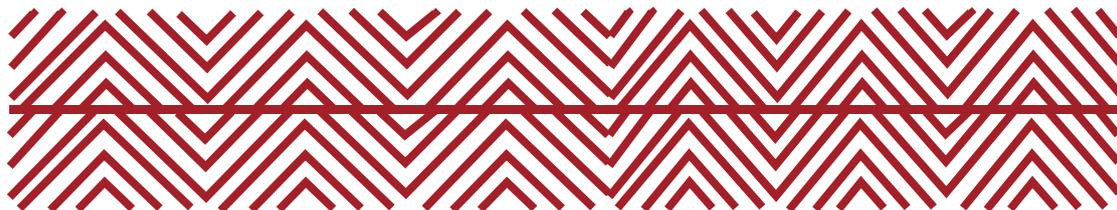
KANÁTYO PATAXÓ,
TXOPAI E ITÔH, 1997

Pataxó é a auto-denominação utilizada por esse povo.

Emmerich e & Monserrat (1975, p. 13), buscando delimitar as áreas ocupadas pelos denominados Gren, Aimorés ou Botocudos, afirmam, apoiadas em Simão de Vasconcellos (1864, p. 28), que Salvador Correa de Sá, ao realizar uma entrada, em 1577, os encontrou nas imediações do Rio Doce, “juntamente com outras nações tapuias, como Patachós, Apuraris e Puris”.

Esse registro é especialmente relevante na medida em que constitui a primeira referência precisa à presença dos índios Pataxó no âmbito geográfico de sua distribuição tradicional, i.e., entre a margem norte do S. Mateus e o Rio de Porto Seguro. Esses seriam os Pataxó meridionais, tal como convencionado pela literatura antropológica, ao passo que o âmbito de dispersão dos Pataxó setentrionais, atualmente denominados Pataxó Hãhãhã, se circunscreveria à área abrangida pelos rios Pardo e Rio de Contas.

O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied assinalou a existência de similaridades culturais entre os Pataxó e os Maxacali, tais como o uso de sacos pendurados; o prepúcio amarrado com um cipó; o pequeno orifício no lábio inferior, onde, por vezes, usavam um pedacinho de bambu; o cabelo tosado à moda pataxó; a similar construção das choças; e o uso de cauim (1958, p. 276-277). É importante, contudo, lembrar que, ademais do fato de serem essas características muito amplamente compartilhadas pelas tribos da costa oriental, como o príncipe bem assinalou, outras tantas podem ser decorrentes de mútuos empréstimos nos contextos de interação, INDÍGENA NO PRESENTE.



LÍNGUA E SITUAÇÃO SOCIOLINGÜÍSTICA

O Pataxó é uma língua do tronco Macro-Jê e da família linguística Maxakalí.

A rigor, a língua indígena não é mais falada, a comunicação sendo feita através do português mesclado com vocábulos da língua indígena. Todavia, um grande esforço está sendo desenvolvido para a reconstrução do Patxohã - “Língua de Guerreiro” (Bomfim, 2012) - a partir do vocabulário registrado por cronistas e viajantes. O Grupo de Pesquisadores Pataxó, que desde 1998 se dedica ao estudo da língua, refere ao “processo de retomada da língua pataxó”, do qual têm participado todas as gerações, entendendo-o como o processo dinâmico e coletivo, experimentado por essa língua no decorrer da história e da vida do seu povo (Bomfim, 2012, p. 11). Anteriormente a essa data o vocabulário ainda dominado pelos mais velhos passou a ser compartilhado e ensinado na Escola Indígena Pataxó de Barra Velha pelos primeiros professores de cultura, Arawê e Itajá (Bomfim, 2012, p. 64). Os jovens professores pataxós reconhecem, igualmente, o pioneirismo de Kanatyó, que sempre demonstrou grande interesse pelos conhecimentos dos mais velhos, assim como pela elaboração de cânticos com vocábulos da língua indígena. A primeira escola fundada em Barra Velha, em 1978, pela Funai, contribuiu, fortemente, para estimular o seu interesse (Bomfim, 2012, p. 59). O ensino de Patxohã não se restringe ao léxico da língua, mas compreende um amplo conjunto de informações, tais como danças e canções indígenas; os processos históricos vivenciados pelos povos indígenas, particularmente aqueles estabelecidos no extremo-sul da Bahia; e a identidade indígena no presente.

No caminho da classificação

Em 1938, Curt Nimuendajú, durante viagem à zona compreendida entre o rio de Contas e rio Doce, chamou a atenção do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para um agrupamento de índios que vivia fora do seu raio de ação. Tratava-se dos Maxakalí estabelecidos nos formadores do rio Itanhaém (rio de Alcobaça), Minas Gerais, junto à divisa oriental com o Estado da Bahia (Nimuendajú, 1958, p. 53). O autor enfatiza que o idioma dos Maxakalí é muito parecido com as línguas faladas pelos Macuni, Copoxó, Cumanaxó, Pañame e Monoxó, e que apresenta “alguma semelhança com o Pataxó e o Malali”. Afirma ainda que von Martius reuniu as línguas faladas por estes grupos e mais alguns outros no grupo linguístico dos “Goytacás”, admitindo um parentesco com o grupo Jê.

Já Von den Steinen incluiu no grupo Goytacá somente as línguas faladas pelos Maxakalí, Macuni, Capaxó, Cumanaxó e Pañame e, sob reserva, pelos Pataxó, que seria uma subdivisão do grupo Jê. Ehrenreich, Rivet e P. Schmidt conservaram esta classificação.

Foi em 1931 que o tcheco C. Loukotka reexaminou os escassos vocabulários existentes e chegou à conclusão de que essas línguas, excluía o Pataxó, formam uma família linguística completamente independente da família Jê (Loukotka, 1939).

Em 1971, o coronel Antônio Medeiros de Azevedo cedeu ao antropólogo Pedro Agostinho uma lista de 71 vocábulos pataxó que recolheu enquanto comandava a tropa que, em 1936, submeteu o Posto Paraguassu, no sul da Bahia. Agostinho reuniu, por sua vez, um vocabulário com 120 formas durante seu trabalho de campo entre os Pataxó de Barra Velha, no extremo sul baiano, em dezembro de 1971. Cópias da lista de Azevedo, dos questionários (questionário padrão do Museu Nacional para estudos comparativos preliminares de línguas indígenas brasileiras; e de caráter dialectológico, destinado a verificar as características do português falado pelos índios) que Agostinho aplicou e a respectiva gravação em fita magnética foram encaminhadas ao linguista Aryon Dall`Igna Rodrigues, então no Setor de Linguística do Museu Nacional/UFRJ, para fins comparativos (Agostinho, 1972, p.7). Rodrigues examinou esse material e concluiu de que se tratava de uma língua da família Maxakalí.

Os informantes indígenas de Pedro Agostinho foram Rufino Vicente Ferreira/Tururim, que aparentava 30 anos em 1971 e se limitou a vocábulos isolados, quase sempre substantivos, e, mais raramente, lembrou-se do que, no português de referência gramatical, seriam verbos e adjetivos; e Vicentina Ferreira, aproximadamente 45 anos, que se deslocou do povoado Come-quem-Leva para Barra Velha pela primeira vez após o “fogo de 1951”. Ela só foi capaz de responder ao questionário no isolamento da pequena capela e à medida que adquiriu maior confiança no pesquisador. Lembrou-se também, sobretudo, de substantivos isolados e, ao final, estabeleceu breve diálogo com Pedro Agostinho, levando-o a supor que o resultado formal fosse muito inferior à sua aparente real capacidade de falar a língua, embora recorrendo a reduzido vocabulário. Finalmente, Luciana Ferreira/Zabelê, residente em Comuruxatiba, não pode ser entrevistada (Agostinho, 1972, p. 81).

No final dos anos 1990, durante pesquisa de campo em Comuruxatiba, Maria Rosário de Carvalho tomou conhecimento, através de Zabelê, que Vicentina, Tururim e outros haviam se deslocado, anos antes, para a aldeia maxakalí de Água Boa, no município de Santa Helena de Minas, nordeste de Minas Gerais, onde permaneceram cerca de um mês. À época da referida viagem, Zabelê, com cerca de dez anos de idade, morava com os pais em Barra Velha. Estes, Emílio Ferreira e Maria Salviana, juntamente com os filhos, Patrício e Zabelê, e mais os citados acima, foram convidados por um mineiro, que passava no Arraial Nossa Senhora D’Ajuda, em romaria, para visitar os parentes maxakalí, tendo sido o convite prontamente aceito.

É importante considerar, à luz das relações históricas existentes entre os Pataxó e os Maxakalí, que essa visita não foi imotivada, assim como não o terá sido a presença de uma família maxakalí no Parque do Monte Pascoal, logo depois da sua retomada pelos Pataxó, em agosto de 1999. Afinal, a tradição oral pataxó refere-se recorrentemente à presença de índios bravos de Minas Gerais que, de tempos em tempos, passavam pelo rio do Prado e alcançavam a antiga aldeia de Bom Jardim/ Barra Velha, para trocar com os mais velhos, na praia, caça por peixe. Esse fluxo se interrompeu, muito provavelmente, devido ao desmatamento que ocorreu na região, e que afugentou os Maxakalí. “Os brabo pegava as caça, as mulher (as tapuia), vinha trocar com as outras daqui, com farinha, beiju, coco, cauim, e voltava pras barraca deles” (Carvalho, 1977, p. 93-94).

Foi durante essa visita de um mês que Zabelê e os demais relembrou vocábulos da língua maxakalí. Ela afirmava -- faleceu em 04 de julho de 2012-- ter aprendido palavras na língua Pataxó com o seu pai, Emílio Ferreira, antes da aludida viagem: “antes de ir pra lá eu sabia, agora quando eu trouxe as de lá [foi] que inteirou mais as de cá, que aumentou mais” (Bomfim, 2012, p. 49). Da sua assertiva pode-se depreender que ela parecia considerar estar diante de uma só língua, cujos vocábulos completavam-se sem dificuldades.

Patxohã - “Língua Do Guerreiro Pataxó”

Atualmente empreende-se grande esforço para ampliar o repertório de vocábulos falados e recuperar a sintaxe por meio de pesquisas realizadas por professores e estudantes universitários das diversas comunidades pataxós. Trata-se de um processo complexo de reconstrução, no qual os jovens, sobretudo, têm despendido muito tempo e empenho. O Patxohã (“língua do guerreiro pataxó”) está sendo ensinado na escola indígena de Barra Velha desde a década de 1990. No caso da aldeia de Coroa Vermelha, que possui a maior de todas as escolas pataxó, o Patxohã tornou-se disciplina do ensino fundamental em 2003 e do ensino médio em 2007.

Anari Braz Bomfim afirma que, ao apresentar aos professores Maxakali o material linguístico Pataxó coletado pelo Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, eles o reconheceram, majoritariamente, embora ao compará-lo com o vocabulário Maxakali também recolhido pelo mesmo viajante tenham ressaltado a presença de vocábulos diferentes. Ademais, uma professora manifestou vívida impressão quando identificou termos constantes do vocabulário pataxó ainda usados nos cânticos rituais maxakali (Bomfim, 2012, p. 47-48).

Na tabela 1.13 do Censo Demográfico 2010 – pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade, residentes em terras indígenas, por sexo e grupos de idade, segundo a condição de falar língua indígena no domicílio - há o registro da língua Pataxó para 772 indivíduos, sendo 394 homens e 378 mulheres, distribuídos entre as faixas 5-9 anos (93), 10-14 anos (133), 15-24 anos (252), 25 – 49 anos (258) e 50 anos + (36). Já na tabela 15 – pessoas indígenas de 5 anos ou mais de idade com indicação das 15 línguas com maior número de indígenas - registra-se para a língua Pataxó 836 pessoas fora das terras indígenas (IBGE, 2012). Os dados parecem sugerir haver consciência por parte de certo número de indivíduos pataxós, notadamente entre os 10-49 anos, de que são falantes da língua indígena, o que deve resultar do trabalho desenvolvido pelos pesquisadores indígenas



POPULAÇÃO

Através do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI)/FUNASA obtivemos dados concernentes ao conjunto da população Pataxó. O fato de não dispormos de informações sobre a metodologia utilizada pelo SIASI para a coleta desses dados dificulta a realização de uma análise detalhada do comportamento demográfico apresentado pelos Pataxó. No entanto, tratando-se de dados populacionais disponíveis não seria possível negligenciá-los, em face do que adotamos a estratégia de imputar-lhes uma certa confiabilidade, de modo a tomá-los como representativos do montante de Índios Pataxó que vivem na zona rural dos municípios de Itamaraju, Porto Seguro, Prado e Santa Cruz de Cabrália.

Os dados do SIASI registram, para 2010, 11.436 habitantes (sendo 5.839 homens e 5.597 mulheres) distribuídos pelas aldeias Barra Velha, Aldeia Velha, Boca da Mata, Meio da Mata, Imbiriba, localizadas em Porto Seguro; Pé do Monte, Trevo do Parque, Guaxuma, Corumbauzinho e Aldeia Nova, estabelecidas em Itamaraju; Coroa Vermelha e Mata Medonha, em Santa Cruz de Cabrália; e, por fim, Águas Belas, Craveiro, Tauá, Tibá, Córrego do Ouro, Cahy e Alegria Nova no Prado, totalizando 19 aldeias.

Se compararmos os dados totais da população rural destes quatro municípios que, segundo o Censo de 2010, perfaz aproximadamente 50.000 hab., chegamos à proporção de cerca de 1 Pataxó para cada 5 habitantes da zona Rural destes municípios, aproximadamente a mesma proporção de Índios/população rural do estado do Amazonas, que possui a maior população indígena rural dentre as unidades da Federação pesquisadas pelo Censo 2010.

No estado de Minas Gerais, por outro lado, nos municípios de Carmésia, Itapeçerica e Araçuaí viviam, segundo o SIASI, 349 pataxós (178 homens e 171 mulheres), que então representam 1,9% da população rural estabelecida nestes municípios.

No Censo Demográfico 2010, os Pataxó compõem a tabela 1.14 - pessoas indígenas, por sexo, segundo o tronco linguístico, a família linguística e a etnia ou povo - com um total de 13.588 hab, sendo 6.982 homens e 6.606 mulheres. Já na tabela 3.1 - pessoas residentes em terras indígenas, por condição de indígena, segundo as unidades da federação e as terras indígenas - constam, na Bahia, apenas as aldeias Águas Belas (232 hab.), Aldeia Velha (928), Barra Velha (3.064), Coroa Vermelha (3.541), Imbiriba (397) e Mata Medonha (874). Em Minas Gerais, há referência apenas à Fazenda Guarani (246 hab.) (IBGE, 2012).

LOCALIZAÇÃO

Os Pataxó vivem no extremo sul do Estado da Bahia, em 36 aldeias distribuídas em seis Terras Indígenas -- Águas Belas, Aldeia Velha, Barra Velha, Imbiriba, Coroa Vermelha e Mata Medonha -- situadas nos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju e Prado.

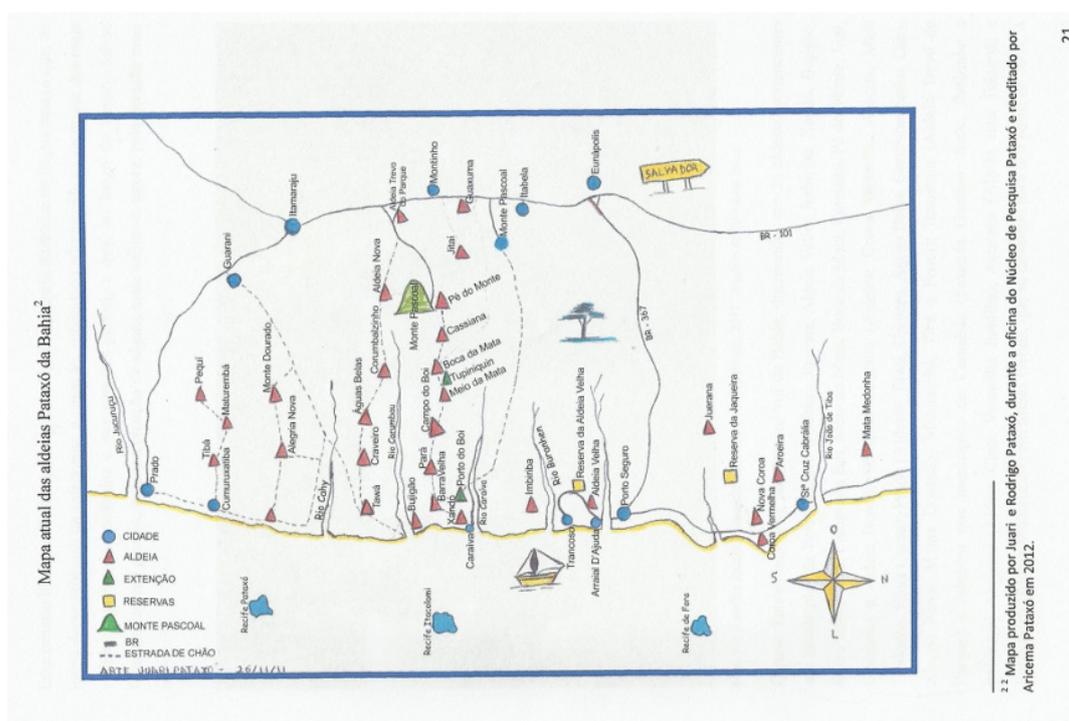
No estado de Minas Gerais, os Pataxó vivem em sete comunidades, das quais quatro -- Sede, Imbiruçu, Retirinho e Alto das Posses -- estão localizadas na Terra Indígena Fazenda Guarani, município de Carmésia; Muã Mimatxí, em um imóvel cedido à Funai pelo Serviço de Patrimônio da União, no município de Itapeçerica; Jundiba/Cinta Vermelha, no município de Araçuaí e também habitada pelos Pankararú; e Jeru Tukumã, em Açucena

As comunidades de Minas Gerais se formaram, indiretamente, a partir dos episódios do “Fogo de 51” e da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), assim como, posteriormente, do “reconhecimento” dos Pataxó pela Funai, em 1971, o que os teria atraído para este estado, onde já havia uma representação do órgão que poderia lhes prestar assistência (informações cedidas por José Augusto Laranjeiras Sampaio).

Em julho de 2010, grupos pataxó da TI Fazenda Guarani ocuparam áreas de duas Unidades de Conservação: o Parque Estadual do Rio Corrente, no município de Açucena, e o Parque Estadual Serra da Candonga, no município de Dorés de Guanhães. Segundo líderes indígenas, o pleito pela criação de novas terras indígenas visa amenizar as situações de insuficiência territorial e escassez de recursos naturais às quais as populações indígenas estão submetidas.

Na Bahia, o número de aldeias aqui apresentado foi obtido junto às comunidades locais e a alguns de seus líderes ao longo de sucessivos trabalhos de campo realizados por diferentes pesquisadores. Essa estimativa, contudo, difere da apresentada pelos órgãos oficiais devido à própria dinâmica de ocupação territorial pataxó.

Além disso, esses dados podem variar entre os próprios informantes nativos, uma vez que a caracterização de uma determinada área como aldeia, e não como “retomada” [termo utilizado para caracterizar a ocupação de terras não identificadas como indígenas, mas que a tradição pataxó reconhece e reivindica como tal] é variável.





Zé Guedes e filho examinam mapa da TI Pataxó reivindicada. Aldeia Cahy. Foto: E. Almeida, Maio, 2001.

HISTÓRICO DO CONTATO

Os registros históricos comprovam que a presença dos Pataxó na região entre o rio de Porto Seguro e a margem norte do rio São Mateus, no atual estado do Espírito Santo, remonta ao século 16.

Nessa época os Pataxó já eram alvo de hostilidades e privações por parte dos colonos, do mesmo modo que eram constantes os conflitos com outros povos indígenas, muitos dos quais suscitados pelos portugueses, que estabeleciam alianças com alguns deles, em troca de ferramentas, para indispor-los contra os Pataxó e Botocudo, considerados os mais recalcitrantes. Grupos aparentemente aliados aos portugueses também se beneficiaram dessa situação, pois, mediante promessas de paz e conversão ao cristianismo, costumavam imputar aos Pataxó e Botocudo “todas as hostilidades e carnagens” (Revista Trimensal de História e Geographia, 1846).

Em 1757, o Diretório Pombalino – um conjunto de medidas que visavam, formalmente, preparar os índios para governar suas aldeias – impôs aos índios uma severa disciplina. A comarca de Porto Seguro esteve, entre 1767 e 1777, sob a direção do desembargador e ouvidor geral José Xavier Machado Monteiro, que não disfarçava o seu despreço pelos índios aí estabelecidos ou que por aí passavam, considerados “dos mais torpes e ociosos do Brasil”. Ele combateu o uso das línguas indígenas e a suposta ociosidade dos chefes de família, ao mesmo tempo em que lhes retirava os filhos homens, para empregá-los em ofícios, e distribuía as meninas “pelas casas de mulheres brancas e honestas”. O objetivo era, pois, “civilizá-los” mediante a aquisição de novos costumes e uma nova língua, transmitida nas escolas públicas a partir dos cinco anos. As famílias indígenas eram, assim, desfeitas, sem qualquer preocupação com os seus interesses e sentimentos (Revista do Instituto Histórico Geographico da Bahia, 1968).

Na segunda metade do século 18, há notícia da existência de 12 aldeias de “índios bravos”, localizadas no entorno do Monte Pascoal. O cronista Luis dos Santos Vilhena recomendou, à época, a conservação e o aumento da vila do Prado, tendo em vista a sua relativa proximidade das referidas aldeias e a necessidade de favorecer a produção de seu “fertilíssimo terreno” e servir, simultaneamente, de barreira e obstáculo aos seus habitantes, os “bárbaros Pataxó que infestam toda a grande comarca de Porto Seguro” (Vilhena, 1969, p. 535).

A informação de Vilhena foi corroborada e complementada pelo padre jesuíta Cypriano Lobato Mendes, que atuou em uma das Missões de Índios, não identificada, da comarca de Porto Seguro, e enviou, em julho de 1788, uma representação a D. Pedro II na qual reclama maior atenção para a comarca, que considerava ser a terra mais fértil e mais rica das que conhecia no Brasil, onde se encontravam, em abundância, as madeiras mais preciosas do país. Mendes refere-se, ainda, a uma celebrada Lagoa Dourada, “nas visinhanças do monte Paschoal, [em cujas] fraldas he que dizem está situado nas suas aldeas o gentio Pathaxó, que saem muitas vezes à praia à pescaria de tartarugas (...)”. (Conselho Ultramarino Brasil, 1788). Esta lagoa continua sendo um ponto de referência importante para os Pataxó.

Essa área sediará, um século e meio depois, o Parque Nacional do Monte Pascoal, recuperado em 1999 pelos Pataxó. Era no seu entorno que se distribuía, tal como atualmente, mais de dez aldeias, cuja população se alternava, anualmente, entre os ecossistemas de praia e mata para suprir a sua dieta alimentar baseada na farinha de mandioca, peixes e/ou crustáceos e moluscos.

Em 1808, o Príncipe Regente D. João, recém-chegado ao Brasil, determinou ao desembargador Luiz Thomaz de Navarro que realizasse viagem por terra da Bahia ao Rio de Janeiro, para reconhecimento da região. Ao descrever a ponta do Corumbau, próxima do Monte Pascoal, o desembargador observou que, na parte sul, ainda se conservavam canaviais de formidável grandeza, deixadas pelos índios que neste lugar estiveram aldeados e que foram removidos pelo Ministro José Xavier Machado para a vila do Prado (provavelmente em 1767, ou a partir dessa data, quando a Vila do Prado foi criada pelo 1º. Ouvidor de Porto Seguro) (Revista Trimensal de História e Geographia, 1846). À época da passagem de Navarro essa vila encontrava-se em grande decadência, demográfica e econômica, o que tornava sem efeito a justificativa utilizada para a sua transferência, isto é, “se aproveitarem de melhor commercio e se civilizarem”.

Vale notar que outros grupos pataxós mantinham-se, contudo, sem contato ou em contato intermitente com os não indígenas, inclusive no entorno do Prado. O desembargador encontrou na praia denominada Tauape um grupo pataxó não sedentário, fato que o obrigou a permanecer em vigília toda a noite: “dividindo a gente em três partes para gritar até o romper da alva para resistir ao gentio Pataxó, por ter apparecido rasto d’elle, e ser gentio muito atrevido e valente, que não tem domicillio certo, anda errante, vivendo da pesca, caça, e furtos” (Revista Trimensal de História e Geographia, 1846, p. 442).

A partir de 1810 cresceram as expectativas em relação à fixação dos Pataxó em aldeias. O novo Ouvidor, José Marcellino da Cunha, julgava estar conseguindo “trazer à paz quase toda a gentildade, principalmente o Patacho”, em decorrência da construção de vários destacamentos (Cerqueira e Silva, 1931, p. 56). Distintos grupos deslocavam-se e surpreendiam os visitantes, que em geral interpretavam suas incursões como expressões amistosas de desejo de contato mais regular.

Ora surgiam grupos em Trancoso, ora na povoação de Crememuã (hoje denominada Caraíva), outras vezes na aldeia de Comuruxatiba, destinada pelo Ouvidor como residência para o inglês Charles Frazer. Este, posteriormente, pleiteou e obteve a concessão de uma sesmaria “com distância de seis léguas na extensão da costa”, na qual estava incluída, a seu pedido, Comuruxatiba (Cerqueira e Silva, 1931, 1931, p. 56).

Na década de 1820 chegou ao Brasil o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied que, por produzir registros detalhados e novos sobre os Pataxó da região costeira, se tornou uma das melhores fontes sobre o tema. Ele notou a presença predominante dos Pataxó e esporádica dos Botocudo nas florestas próximas a Mucuri, também frequentadas por “outras ramificações dos tapuias” -- tais como os Capuchos, Cumanachos, Machacalis e Panhamis -- e os Maconis, Malalis, entre outros, já estabelecidos em povoados, nos limites de Minas Gerais (Wied-Neuwied, 1958, p. 187).

As quatro primeiras “ramificações tapuia” estavam, em 1815, aliadas aos Pataxó para combater os Botocudo, mais numerosos. Esta aliança teria sido facilitada por supostas semelhanças culturais e linguísticas que teriam estimulado uma “estreita afinidade” e uma distribuição espacial mais ou menos compartilhada. Os Pataxó estariam estabelecidos, à época, à margem do rio Mucuri, enquanto outros povos estariam mais ao norte, junto ao rio Belmonte, onde também viviam os Botocudo (Wied-Neuwied, 1958, p. 187).

A descrição feita por Wied-Neuwied do grupo com o qual se encontrou e realizou trocas na vila do Prado, demonstra que se tratava de um contato amigável de um grupo de homens chegado ao local poucos dias antes, oriundo das florestas, portando arcos e flechas e transportando bolas de cera. Seu objetivo era trocar produtos da floresta por bens produzidos pelos não índios, tais como facas e panos vermelhos, que obtiveram do príncipe. A sua presença, ao suscitar mais interesse do que receio, indica que suas visitas haviam se tornado mais usuais desde 1813, por meio da mediação de um grupo maxakalí em contato há mais tempo (Wied-Neuwied, 1958, p. 214).

Em 1857, há informações acerca de uma pretendida transferência dos índios da vila do Prado para a vila vizinha, Alcobaça, o que provocou reações contrárias do subdelegado de polícia do Prado e alegação de não recebimento de instruções por parte do Diretor Geral de Índios. Quatro anos depois, em 1861, o assunto foi retomado por meio de uma referência explícita à criação, ou reestabelecimento, de uma aldeia no rio Corumbau, na vila do Prado, pelo vigário capitular Rodrigo Ignácio de Souza Meneses. Em correspondência enviada à Presidência da Província, ele afirmou ser de extrema necessidade a criação de uma aldeia no rio Corumbau, onde, “nos bravios contíguos [...] existiam centenas de famílias que ora estavam nas brenhas e ora na Vila do Prado, sem caráter algum hostil mas persistentes em seus costumes selváticos, e à sua fertilidade e proporções para estabelecimento de grandes fazendas (Pinto, 1861, p. 36). Esses índios iam sempre pescar no rio Corumbau, atraídos pelo peixe que ali abundava e pelos mariscos. Armavam seus ranchos enquanto ali permaneciam para pescar e salgar o peixe, e então transportá-lo para a mata, onde moravam na outra parte do ano. As terras do Corumbau eram, então, quase todas devolutas.

A recomendação do vigário capitular foi prontamente aceita. Ao falar à Assembleia Provincial, em 1º de março de 1861, Antonio da Costa Pinto, Presidente da Província, tratou da criação de uma aldeia indígena no rio Corumbau.

A aldeia mencionada não é outra senão a aldeia de Barra Velha, tradicionalmente denominada Bom Jardim e referida pelos Pataxó, hoje, muito sugestivamente como aldeia-mãe. Tal hipótese foi suscitada, preliminarmente, por Pedro Agostinho (1974) e, em seguida, por Carvalho (1977), que baseada em depoimentos indígenas e na descrição da costa feita pelo capitão-mor de Porto Seguro em 1805 (Castro e Almeida, 1918), concluiu que a foz do rio Corumbau ficava na frente do sítio onde, atualmente, se localiza a aldeia Barra Velha. Esta foi posteriormente deslocada mais para o sul, justificando a denominação da aldeia como Barra Velha. Assim sendo, parece inquestionável afirmar que Barra Velha e a aldeia criada a partir de 1767, e novamente criada em 1861, são apenas uma, o que lhe dá uma existência de quase dois séculos e meio (245 anos).

O Fogo De 1951

Em 1949 o capitão pataxó Honório Borges se deslocara ao Rio de Janeiro com o propósito de pedir providências ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) contra a invasão da terra indígena. Segundo o seu filho Severiano, que o acompanhou e era, na época, ainda menino, Honório esteve com o Marechal Rondon e obteve dele a promessa de que algo se faria por sua gente (Agostinho, 1972, p. 62)

De volta à Bahia, dois homens que o capitão Honório Borges conheceu no Rio de Janeiro (genericamente designados tenente e engenheiro) lideraram, conforme as evidências, um assalto a um comerciante do povoado de Corumbau. O assalto desencadeou revoltas que culminaram no que é localmente referido como o ‘Fogo de

1951'.

O motim, no qual foram envolvidos os Pataxó da Aldeia de Barra Velha, resultou em violenta repressão por destacamentos policiais de Porto Seguro e Prado, na morte de um índio e dos dois líderes não indígenas, na prisão de 38 índios, entre os quais o capitão Honório Borges, e no incêndio da Aldeia de Barra Velha, o que provocou a dispersão dos demais, em desespero.

No dia 11 de junho de 1951, o comandante das tropas, Major PM Arsênio Alves, declarou que o levante fora político e comunista e que em Barra Velha encontrara listas de endereços de militantes da Bahia e outros estados (A Tarde, 11/06/1951). No que concerne ao incêndio da aldeia, ele afirmou ter sido uma medida sanitária, aconselhada pelo médico da força policial, uma vez que no interior das casas havia, apodrecendo, "... bois abatidos dois dias antes..." (A Tarde, 11/06/1951).

Após certo tempo os fugitivos retornaram, gradativamente. Pedro Agostinho, ao examinar fotos aéreas de 1957 registrou quatro casas claramente visíveis no sítio da Aldeia e, bem próximas daí, duas clareiras recentes que ele supôs abertas para roças (Agostinho, 1972, p. 68). Honório Borges não mais regressou, tendo falecido em Canavieiras, onde se instalou depois de sair da prisão.

Há quem perceba no fogo de 1951, como passou a ser referida a sucessão de fatos acima relatada, características de uma narrativa de origem que se insere em uma dialética mais ampla de legitimação histórica de reivindicações antigas (Kohler, 2011, p. 83).

ALDEIAS

O status de aldeia não coincide necessariamente com a regularização fundiária da terra e geralmente está relacionado à organização sociopolítica, tal como a designação de um cacique próprio. Mas outros elementos também são significativos, a exemplo do estabelecimento de escolas nas comunidades, tal como enunciado pelo cacique de Barra Velha, em 2006, para diferenciar "retomada" de "aldeia": "é aldeia quando tem escola" (Miranda, 2009, p. 34).

Tentar estabelecer a ordem de antiguidade das aldeias pode gerar equívocos, pois velhas aldeias podem ter sido invadidas e só mais recentemente reocupadas. O velho pajé da Boca da Mata, Manuel Santana, cuja memória e capacidade de observação são dignas de destaque, afirma, com muita convicção, que a aldeia Caveira, entre os rios Corumbau e Jibura, só não é mais antiga que a aldeia Imbiriba. Acolhida tal afirmação, teríamos que rever a posição em relação à aldeia Barra Velha, cujas evidências históricas indicam haver sido criada em 1861 e que tem sido considerada, pelos antropólogos e pelos Pataxó, como o seu mais antigo estabelecimento.

Cada aldeia tem um líder, denominado cacique, que constitui um porta-voz externo e um articulador interno. Razões variadas podem ensejar que alguém, em geral do sexo masculino, se torne um cacique, raramente prevalecendo mecanismos de sucessão por hereditariedade ou prerrogativa de uma família, como ocorre em Barra Velha, onde os Ferreira foram os primeiros caciques – Machadinho, João Vicente e Marcelo – e os primeiros a retornar à aldeia após o "fogo de 1951". Os primeiros retornados teriam sido Epifânio Ferreira, elevado à condição de cacique/capitão, e sua filha Josefa, uma espécie de alter ego do pai. Gabriele Grossi demonstra a concentração do poder político em Barra Velha no interior da família Ferreira (2004).

O número significativo de aldeias pataxós na atualidade se deve ao processo de retomada de parcelas do território tradicional das quais os índios foram esbulhados em distintos momentos históricos. Há também, mais recentemente, ocorrência de faccionamento de aldeias ou grupos, decorrentes, muito provavelmente, de uma relação desproporcional entre o número de pessoas e o montante de recursos ambientais disponíveis.

PRÁTICAS RITUAIS E FESTAS

Os Pataxó reportam-se, muito frequentemente, aos Abatirás, “Baquirás” ou “Abaquirás” e aos Habiá. Os primeiros estão relacionados à Juacema ou ponta de Juacema, como é mais conhecido esse local, um trecho da costa de Porto Seguro onde as falésias avançam sobre o mar, localizando-se entre os rios do Frade e Caraíva, mais próximo deste último. A primeira referência que Carvalho registrou sobre o tema foi em Barra Velha, em 1976, período em que os Pataxó ainda permaneciam em grande isolamento. Ao tentar extrair informações sobre a “história dos antigos”, ela ouviu, após certa resistência, de João Nascimento, já falecido e reputado, à época, como relevante depositário da tradição, “que aí base de uns 03 dias chegou os índios, aí arrasou a Juacema. Esses índios era daí de cima. Chegou os índios por terra, por cima do terreno, com arco, e o Baquirá por baixo do chão... Baquirá é índio brabo, brabo mesmo. Acho que eles mora debaixo do chão que ainda não descobriram essa Aldeia. Cavaram um buraco, tem dois buracão... um perto da costa e outro lá em cima. Acho que nunca descobriram essa Aldeia de índios, chamam Baquirá” (Carvalho, 2008, p. 17).

O mesmo informante declarou, à mesma época, que os antigos diziam que eles vinham fazer guerra aqui fora. Brigando de arco, era assim que eles brigavam. “Em Juacema, o filho do caboclo, do índio, pegou um bem-te-vi (índio da beira da costa mesmo, Pataxó) e esse bem-te-vi fez uma guerra com eles. O filho do civilizado bateu no filho do caboclo e tomou o bem-te-vi. Foram pra mata chamar os outros e quando vieram, fizeram uma guerra. E os outros, os Abaquirá, saíram debaixo do terreno. Fizeram guerra e acabou com a Juacema. Saíram debaixo do chão – tem o buraco de onde eles saíram, os Baquirá. Os antigos contavam isso e prova que ainda tem lá os buracos” (Carvalho, 2008, p. 18).

A tradição oral pataxó é reproduzida pela tradição escrita dos viajantes, cronistas e historiadores. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, em visita à região, ao longo dos anos 1816-1817, passou pelo local, descrito como uma planície seca de campos, atingida após percorrer altas e íngremes ribanceiras de argila e arenito, seguidas de uma trilha escarpada até o cimo das barreiras, após o que o visitante entra em Juacema. De acordo com a tradição dos moradores locais registrada pelo príncipe, houve, nos primórdios da colonização portuguesa, uma grande e populosa vila assim também denominada, ou Insuacome, que foi destruída pela guerra com uma bárbara e antropófaga nação dos Abaquirás, ou Abatirás. Para o príncipe, essa tradição se basearia, indiscutivelmente, nas devastações causadas pelos Aimorés ou Botocudos à capitania de Porto Seguro, quando a invadiram em 1560, ocasião em que também assolaram os estabelecimentos à margem do rio Ilhéus, ou S. Jorge até que o governador, Mem de Sá, os rechaçou. (...)” (Wied-Neuwied, 1958, p. 221).

Tanto os Bakirá quanto os Habiá são seres vivos, sendo os segundos descritos por aqueles que os veem e com eles se comunicam, como morenos, falantes da língua corrente, de tamanho normal e aspecto humano, e com a peculiaridade de não comerem sal. Há, ainda, o somsim saperé, um homem com a perna enrolada na outra, cheio de ferida. É humano e invisível. Mas, do mesmo modo que os humanos, os “bichos do mato” encantam. Caipora, por exemplo, é uma mulher, dona da criação do mato. Trata-se de um segredo... porque é encantada. Comenta-se largamente que no Pé do Monte “tem bicho homem, fica sob o chão”. O boitatá é também um homem invisível, com fogo sobre a cabeça. O giburinha é também invisível, um homem pequeninho que, pelo rastro, tem alguns centímetros. Mas gosta de mulher e as engravida. Em Barra Velha nasceram quatro gibura fêmeas. Ele rói a mangaba, caxandó, guaru, a mulher come... quando o menino não sai pequeno, sai com dente, é produto do gibura. Tem ainda uma qualidade de nego d’água, uma gente d’água encantada, quando pressente uma mulher, ela mergulha fundo com ele e faz sexo. A pele é escura, como de lontra, ariranha.

Casamento

Conforme relatos de alguns dos índios mais velhos registrados por Maria Rosário de Carvalho na aldeia de Barra Velha, na década de 1970,

“antigamente, casava primo com primo pra não acabar a nação, agora é que modificou. [...] Eles cortavam pau, uma tora de pau... se o rapaz guentasse pegar aquela tora de pau, tava bom de casar. Se a moça também guentasse suspender, tava boa de casar. Se num guentasse, num tava bom de casar ainda. O casamento era com um parente, com primo... fora não, tudo era parente”.



Kãdemãvey (Cerimônia do seu Casamento) - Reserva da Jaqueira

FONTE: <https://pataxoturismo.com.br/vivencias-nas-aldeias-pataxo/vivencias-na-reserva-da-jaqueira/kademavey/>

A prática era entendida como um pré-requisito para a realização do casamento à medida que testava a capacidade física dos pretendentes em prover necessidades mútuas em situações de risco:

“quando um adoecesse pela mata, uma dor ou sentido de um bicho, botava aquele homem nas costas e vinha com ele pra rancharia. Se ela adoecesse também pelas matas, ele tinha de trazer ela nas costas. Pois tinha de suspender o pau”

Em Coroa Vermelha, é comum ouvir-se relatos de que, em tempos passados, quando um rapaz se interessava por uma moça, atirava-lhe uma pedrinha. Em um novo encontro, se a moça desejasse corresponder ao cortejo, retribuía, atirando-lhe outra pedrinha. Durante algum tempo, os enamorados prosseguiam com o jogo de pedrinhas, até que o rapaz lançasse uma flor, como sinal de pedido de casamento. Esse ato era seguido de uma conversa entre o casal e o cacique, que se dirigia aos pais da moça para formalizar a união (Castro, 2008, p. 123).

João Nascimento relatou a Carvalho, em 1976, que no seu tempo, o homem interessado pedia a moça em casamento ao seu pai, marcava o dia pra “juntar”, geralmente sábado à noite, “cantava, fazia aquela roda”. Ademais, para que houvesse a união consensual, o rapaz deveria dispor de alguma fonte material que assegurasse a reprodução do casal e da futura prole: “tendo aonde eles comer, casava”, e um abrigo – kijemi – separado das famílias de orientação.

Os “casamentos de antigamente” costumavam ser realizados em idade tenra. Inúmeras mulheres diziam, nos anos 1970, ter-se casado “modernas/pequenas”. De acordo com essa expressão, era o marido quem as “criava”. “Ele já era homem de mulher e eu menina. Eu era menina, mas tinha corpo”. Em situações em que rumores eram suscitados por certas relações afetivas – “o pessoal falava que ele tinha bolido

com aquela moça” – a expectativa de todos era de que os envolvidos passassem a viver juntos. O intercuro sexual antes da união consensual era caracterizado como roubo, sendo frequentes os comentários sobre roubos entre as aldeias.

Atualmente, a prática de carregar a tora tem sido recuperada em cerimônias realizadas na Reserva da Jaqueira, na Aldeia Coroa Vermelha. Assim, alguns casamentos religiosos, tanto os contraídos na Igreja Católica quanto nas inúmeras igrejas evangélicas estabelecidas no entorno da TI, são sucedidos pelo ritual indígena, em uma grande festa que atrai índios e não índios. Além de carregar o peso equivalente ao da noiva, o noivo deve mostrar habilidades com o arco e a flecha. Após essas provas de resistência, acompanhadas pela assistência com entusiasmo, o cacique conduz uma cerimônia na língua pataxó, o Patxohã (Castro, 2008, p. 123).

Ritual do Awê



Ritual Awê realizado no Shopping Indígena da Aldeia de Coroa Vermelha. Foto: Sarah Siqueira de

O ritual do Awê é o único considerado “coisa dos antigos”. É “algo que sempre existiu e que nem os avós dos velhos sabiam dizer quando começou [...]”. Parece que quando se fazia um Awê antigamente era uma única música/dança o tempo todo. Mas fazer um Awê é uma expressão que hoje [se] refer[e] a contextos diferentes de festas [...] engloba um conjunto bem variado de coreografias, cada qual com um sentido determinado” (Grunewald, 1999, p. 251). O Awê requer cauim e, eventualmente, aluá, uma bebida fermentada de grãos de milho moidos ou cascas de frutas, como o abacaxi, entre outras.

Por outro lado, a existência do Toré, entre os Pataxó, sempre foi negada: “O Toré é do norte, não é nosso”. Alguns, a exemplo do pajé Manoel Santana, reagem, muito negativamente, à possibilidade de admissão dessa prática, sob o argumento de que “não pode copiar isso aí, não, que não é nosso, quando o pessoal do norte chegar, nós vamos passar vergonha e não pode cantar isso lá. Cada um representa o que é seu. Representar o que é dos outros?”.

Os rituais indígenas, no contexto etnográfico do Nordeste, têm um forte acento

sobre o seu caráter privado, sob a forma do “segredo”. É comum, pois, a referência a um Toré passível de ser compartilhado com assistentes não indígenas, e um outro, privado, cuja participação constitui uma prerrogativa exclusiva dos índios. O Awê dos Pataxó estabelecidos no extremo-sul baiano parece enfatizar a expressão pública, ao contrário do que tem sido observado em relação ao Toré, considerado por eles como sendo “dos índios do Nordeste, mais lá para cima”. Sandro Campos Neves observa, contudo, que o Awê em Coroa Vermelha é apresentado tanto no contexto público como em contextos íntimos e exclusivos, tais como em comemorações de retomada de terras ou celebrações na Reserva da Jaqueira (Neves, 2012, p. 155).

Segundo descrição de Grunewald, o líder Nelson Saracura acredita que os índios da Coroa Vermelha estão “resgatando uma cerimônia antepassada”, mas que esse resgate não pode ser mostrado ao não indígena, “porque tem que ter um segredo do ritual, o segredo é a segurança, um segredo é a resistência de nós como área indígena”. Assim, Saracura afirma que a comunidade da Coroa Vermelha tem pretendido representar as “duas partes”, ou seja, tanto o Awê (proveniente de Barra Velha) quanto o Toré (oriundo da Reserva Indígena Paraguassu-Caramuru, onde residem, dentre outras etnias, os Pataxó HãHãHãe, ou Pataxó setentrionais) (Grunewald, 2008, p. 261). A afirmação de Saracura deve ser, contudo, relativizada, pois se trata de um Kariri-Sapuyá – uma das etnias estabelecidas, desde os anos 1938, naquela reserva – que, muito provavelmente, é favorável à união das duas ramificações pataxós. Já entre os Pataxó de Carmésia (Minas Gerais), registros apontam para a presença de um ritual que obedeceria a um padrão geral mais próximo do Toré (Grunewald, 2008).

No que diz respeito à relação entre os Pataxó da Bahia e de Minas Gerais, são comuns viagens empreendidas por representantes do movimento de mobilização cultural provenientes de Coroa Vermelha e Barra Velha, para Minas Gerais, no intuito de compartilhar tradições pataxós. Periodicamente, pesquisadores da língua Patxohã das duas aldeias acima mencionadas se deslocam para as demais, incluídas as de Minas Gerais, para realizar cursos de reciclagem aos professores, visando não apenas a troca dos conhecimentos produzidos, mas a garantia, de acordo com os seus próprios argumentos, da “unidade” de sua identidade (Miranda, 20

Festas

Aragwaksá

Em agosto celebra-se, anualmente, o Arsgwaksá, a festa comemorativa do aniversário do Projeto Jaqueira, quando, simultaneamente, se veicula a cultura Pataxó. As festividades incluem apresentação do Awê, provas físicas como corridas de toras e distintas modalidades de “representação pública da indianidade Pataxó”, tais como os casamentos tradicionais, precedidos por uma demonstração de força física dos pretendentes masculinos, i.e., o transporte de toras de madeira, as mesmas utilizadas em competições nos jogos indígenas (Neves, 2012, p. 166-167).

A denominada Semana Santa era referida como ocasião para o uso de máscaras de cabaça, cada uma sob uma denominação. “Tinha um tal de Mandu, um bicho de cabeça grande, caipora, boi... Saía na Semana Santa”. Trata-se, ainda hoje, de período no decorrer do qual se manifestam hábitos mais formais, tal como o tratamento com certa reverência para com os mais velhos, como tomar-lhes a benção, ajoelhados, como expressão do parentesco efetivo ou presuntivo que une o jovem ao mais velho: “A benção, meu tio! Meu primo! Meu padrinho!”. Aparentemente, não há conexão direta e consciente, para os Pataxó, entre a Semana Santa – festa cristã em comemoração à ressurreição de Cristo – e o uso de máscaras de animais. Haveria, apenas, muito provavelmente, a lembrança de um marcador temporal de influência cristã.

Os Pataxó comemoram, tradicionalmente, as festas de Folia de Reis, em 06 de janeiro; de São Benedito, em 20 de janeiro; e de Nossa Senhora D’Ajuda, em 15 de agosto. Em 1971, Agostinho registrou que, em dias de festa, especialmente de reis, dançam com máscaras feitas de cabaças e peles” (Agostinho, 1972, p. 83).

Folia de Reis

São comuns os relatos de que a folia ou esmola do Divino Espírito Santo, procedente de Comuruxatiba, município do Prado, há muito tempo visita a aldeia de Barra Velha na véspera de Reis. Um grupo de foliões que compõe o préstito chega, carregando uma bandeira, e se dirige à capela, após recolher esmolas, de casa em casa, acompanhado da população local. A cada visita/contribuição, a pessoa visitada integra-se aos foliões, que conduzem a caixa com as doações. A reza noturna atrai toda a população local, e após as orações, os condutores – os “cantadores dos reis”, que utilizam cavaquinhos, pandeiros e tambores – entoam a folia do Espírito Santo.

No arruado principal da aldeia, são armadas barracas iluminadas por candeeiros. A sinuca é o centro das atenções, retendo parcela dos participantes, enquanto outra circula e participa da festa. A maioria das crianças, mocinhas e rapazes, desfila com roupas novas, aguardando a festa que será realizada na casa do festeiro.

Festa de São Benedito

Dia 20 de janeiro é a vez da esmola de São Benedito, também procedente do Prado, chegar às imediações de Barra Velha, acompanhada por um número razoável de pessoas. Os Pataxó vão ao seu encontro e, pouco depois, introduzem a esmola na aldeia, deslocando-se para a igreja, onde cantam. Os visitantes são recepcionados com boa quantidade de comida, em geral carne de porco e farinha de mandioca.

No início da festa, na casa do festeiro, animada pelos tocadores e um toca-discos, bebe-se cauim, também denominado jaroba. Coxos com essa bebida são distribuídos aos participantes. Em geral usa-se caldo de cana e não açúcar: “a nossa cachaça é nós mesmo que faz. Cozinha mandioca, bota dentro de um cocho e deixa passar uns quatro dias. Depois tá tudo fervido. E daí em diante bota duas latas de caldo de cana dentro e tampa. Com quatro dias em diante tá tudo virado em cachaça, é mesmo que um vinagre, álcool puro”.

Festa de Nossa Senhora D’Ajuda

A romaria de Nossa Senhora D’Ajuda acontecia a partir de 06 de agosto e tinha o seu ápice em 15 de agosto, quando se homenageava a padroeira do Arraial D’Ajuda em uma missa realizada na igreja de mesmo nome. Pataxós das inúmeras aldeias da Bahia para lá se deslocavam com o intuito de saldar promessas feitas no decorrer do ano. Ademais, o Santuário do Arraial D’Ajuda, referido como o mais antigo do país, atraía, na década de 1970, índios afetados por casos de irradiação ou manifestação de encantados que buscavam um curador famoso ali residente (Carvalho, 2008, p. 42)..



JOGOS PATAXÓ

Os “Jogos Indígenas Pataxó” são um evento esportivo e cultural que acontece, anualmente, na comunidade de Coroa Vermelha, na semana que antecede o dia 19 de Abril. Diversas equipes participam de diferentes modalidades esportivas e culturais, tendo como principal lema celebrar e não competir. As equipes são formadas, em média, por 20 pessoas com idades que variam entre 12 - 70 anos, a maioria tendo, porém, entre 15 a 30 anos. As crianças participam de forma significativa nos jogos.

Sua primeira edição ocorreu em 2000, e teve como referência os “Jogos Indígenas Nacionais”, dos quais os Pataxó participam. Se nas primeiras edições as equipes eram formadas apenas por membros da comunidade de Coroa Vermelha, hoje, além de outras aldeias pataxós, há participantes de outras etnias estabelecidas na Bahia.

A Praça do Cruzeiro, que faz parte da Terra Indígena de Coroa Vermelha, é o local que sedia as atividades. A comunidade aproveita um campo de futebol de areia, entre duas cruzes, e constrói pequenos kijeme [casa; choupana] ao redor, para agrupar as equipes participantes, bem como monta um pequeno palco, onde são dispostos os equipamentos de som. Também é construída, exclusivamente para os jogos, uma cozinha de palha, onde todas as equipes se reúnem para as refeições.

Os jogos têm uma coordenação, que varia a cada ano, formada pela comissão organizadora do evento e por uma equipe de voluntários. Toda a comunidade indígena é mobilizada. Aproximadamente quinze dias antes do evento, começa a preparação das equipes, a elaboração dos adornos corporais e o preparo das pessoas que participarão das modalidades esportivas e culturais.

As modalidades esportivas compreendem corridas de tora e maracá, futebol, arco e flecha, e arremesso de tacape, dentre outros. No desfile da ìhé baixú [a participante mais bonita], cada equipe apresenta a sua candidata acompanhada de um kakusú [homem; eventualmente marido], não havendo nenhuma restrição etária para a participação. O primeiro, segundo e terceiro lugares são escolhidos por um grupo de jurados.

Embora essa grande festa se denomine Jogos Pataxó, aludindo, assim, a atividades esportivas, ela constitui, de fato, um momento próprio, no decorrer do qual a identidade cultural do grupo se fortalece.

Arissana Braz Bomfim de Souza (2012)



Jogos Pataxó em Porto Seguro;

FONTE: <https://www.vitrinedacosta.com/2017/04/jogos-pataxo-em-porto-seguro.html>

SÁBADOS DE CIÊNCIA INDÍGENA

Sábados de Ciência Indígena são atividades organizadas pelo PET Comunidades Indígenas da UFBA, onde os estudantes indígenas universitários compartilham seus conhecimentos com alunos do ensino médio em escolas indígenas. É uma maneira de unir diferentes níveis de ensino e mostrar que a universidade é um projeto possível e cheio de oportunidades para as comunidades indígenas. Em 2022, o evento aconteceu no Colégio Estadual Indígena de Coroa Vermelha, no Território Pataxó, com o apoio da SBPC.



FONTES DE INFORMAÇÃO

- AGOSTINHO, Pedro. "Identificação Étnica dos Pataxó de Barra Velha, Bahia". In: Memorian Antônio Jorge Dias. Vol. II. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Junta de Investigações Científicas do Ultramar. 1974, pp. 393-400.
- _____. "Bases para o estabelecimento da Reserva Pataxó". In: Revista de Antropologia. São Paulo, 1978, n. 23, pp.19-29.
- _____. "Condicionamentos Ecológicos e Interétnicos da Localização dos Pataxó de Barra Velha, Bahia". In: Agostinho, P. (org.). Cultura. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1978, n.1, ano 1, O Índio na Bahia, pp. 71-77.
- ASSIS, Luís Guilherme Resende de. A Produção de Instrumentos de Mediação de Conflitos Socioambientais: o caso da sobreposição entre o território tradicionalmente ocupado pelos Pataxós do Monte Pascoal e o Parque Nacional do Monte Pascoal. Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais – Antropologia).
- AZENHA, Gustavo. Conservation, Sustainable Development, and "Traditional" People: pataxo ethnoecology and conservation paradigms in southern Bahia, Brazil. Dissertation presented to the Faculty of the Graduate School of Cornell University, 2005.
- BIERBAUM, Bernhard Franz; CARVALHO, Maria Rosário de. (Orgs.). Olhares Próximos: encontros entre antropólogos e índios Pataxó. Satz, Umschlaggestaltung, Herstellung und Verlag: Books on Demand GmbH, Norderstedt, 2009.
- CAPREDON, Elise. Culte des Possession Indigènes et Eglise Universelle Du Royaume de Dieu: une étude de cas. Mémoire de première année de Master, Université François Rabelais de Tours, 2006.
- CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, concentração em Antropologia).
- _____. Relatório Circunstanciado de Identificação da TI Pataxó do Monte Pascoal. Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia / Associação Nacional de Ação Indigenista – Anaí. Salvador, Bahia, 2008.
- _____. "O Monte Pascoal, os Índios e a Luta pelo Reconhecimento Étnico". In: Cadernos CRH. 2009, v. 22, n. 57, pp. 507-521.
- CASTRO E ALMEIDA, Eduardo de (Org.). Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil Existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa. Bahia 1801 – 1807. Oficinas Graphics da Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1918.
- CASTRO, Maria Soledad Maroca de. A Reserva Pataxó da Jaqueira: o passado e o presente das tradições. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Dissertação (Mestrado).
- "Carta do Ouvidor José Marcelino da Cunha ao Conde de Linhares em 8 de dezembro de 1811". In: CERQUEIRA e SILVA, Coronel Ignácio Accioli de. Memórias Históricas e Políticas Província da Bahia mandadas reeditar e anotar pelo Governo deste Estado. Annotador Dr. Braz do Amaral, v. III. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1931, pp. 56.
- CESAR, América Lúcia Silva. Lições de Abril: construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada).
- EMMERICH, Charlotte & Ruth, Monserrat. Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Boletim do Museu do índio. Rio de Janeiro, 1975.
- GROSSI, Gabriele. Aqui Somos Todos Parentes: os Pataxó de Barra Velha, Bahia. École des Hautes Études en Sciences Sociales, EHESS, França, 2004. Tese (Doutorado em Antropologia).
- GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Os Índios do Descobrimento: tradição e turismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.
- KOHLER, Florent. "Le Massacre de 51: un exemple d'élaboration de mémoire collective" [O massacre de 51: um exemplo de elaboração de memória coletiva]. In: Cahier Du Grilua, Angers (França), 2004, v. 3, pp. 321-334.
- _____. "Le Discours Ethnique entre Mythe et Politique: les Pataxó du Mont Pascal" [O discurso étnico entre mito e política]. In: Revista da ANPOLL. São Paulo,

2004, v. 17, n. 17, pp. 147-175.

LAKSA, Knut Olav Krohn. *Ethnic Hybridity Within Identity Politics. Being Indian and the Struggle for Land and Acknowledgement Among the Pataxó in Bahia, Brazil*. MA Degree Thesis submitted to the Department of Social Anthropology, Faculty of Social Sciences, University of Oslo, 2005.

MIRANDA, Sarah. *A Construção da Identidade Pataxó: práticas e significados da experiência cotidiana entre crianças da Coroa Vermelha, Bahia*. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais - Antropologia).

_____. *Aprendendo a Ser Pataxó: um olhar etnográfico sobre as habilidades produtivas das crianças de Coroa Vermelha, Bahia*. Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Dissertação (Mestrado).

MORALES, Elena Nava. *Apropriação de uma Política Pública de "Inclusão Digital" entre os Pataxós de Coroa Vermelha, Bahia*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Dissertação (Mestrado).

PINTO, Antônio da Costa. *Falla recitada na abertura d'Assemblea Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província... no dia 1º. de março de 1861*. Bahia, Typographia de Antonio Olavo de França Guerra, 1861, pp. 36.

"Carta do Desembargador Ouvidor de Porto Seguro José Xavier Machado Monteiro. Porto Seguro 10 de maio de 1768, dirigida ao Rei, na qual relata os acontecimentos e progressos da sua Capitania no ano anterior". In: *Revista do Instituto Histórico e Geographico da Bahia*, 1968, n. 42, n. 84, pp. 197-199. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. 32, n. 8.215.

"Itinerário da Viagem que fez por Terra, da Bahia ao Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente, em 1808, o Desembargador Luiz Thomaz de Navarro". In: *REVISTA TRIMENSAL DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA* ou *JORNAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO*, 1846 (jan), n. 28.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. "Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó de Monte Pascoal". In: *ESPÍRITO SANTO*, Marco Antônio do. *Política indigenista: leste e nordeste brasileiros*. Brasília: Ministério da Justiça; Funai, 2000.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. "Sob o Signo da Cruz. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha". In: *Cadernos do LEME*. jan./jun. 2010, volume 2, n. 1. pp. 95-176,.

SILVA, J. L. Caetano da. "Conflitos Étnicos e Fundiários entre Pataxó e Sem-Terra no Extremo Sul da Bahia". In: *Revista Antropológicas*. Pernambuco, 2003, v. 14, n. 1-2, pp. 213-234.

SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. *Escola e Reafirmação Étnica: o caso dos Pataxó de Barra Velha, Bahia*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais - concentração em Antropologia).

THOMAS, Michael B. *An Analysis of the Pataxó Pharmacopoeia of Bahia, Brazil, Using an Object Oriented Database Model*. A dissertation presented to the Graduate School of the University of Florida in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. University of Florida, 2001.

VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e no que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo e algumas noticias antecedentes curiosas e necessárias das cousas daquelle Estado pelo padre Simão de Vasconcelos*. 2ª edição, acrescentada com uma introdução e notas históricas e geographicas pelo conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Rio de Janeiro: Tipographia de João Ignácio da Silva, 1864 [1663].

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Livro II. Salvador: Editora Itapuã, 1969 [1759].

WIED-NEUWIED, Maximiliano, Príncipe de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958 [1815 – 1817].

A IMPORTÂNCIA DE GRANDES LÍDERES NA CONQUISTA DOS DIREITOS INDÍGENAS

MAIS AMEAÇADA DO QUE NUNCA, A GARANTIA DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS VEM SIDO FRUTO DE ESFORÇO DE SEUS LÍDERES HÁ DÉCADAS

POR: Daniel Brito e Lucas Silva

FONTE:

SILVA, Daniel Brito e Lucas. **A importância de grandes líderes na conquista dos direitos indígenas.** 2019. Disponível em: <https://medium.com/lab-f5/a-importancia-de-grandes-lideres-na-conquista-dos-direitos-indigenas-28fd9d6fad2>. Acesso em: 30 dez. 2022.

No Brasil, de acordo com um censo de 2010 do IBGE, existem cerca de 900 mil indígenas autodeclarados, uma população que carrega a história de seus antepassados e luta durante o dia a dia para manter seus costumes, suas terras e, sobretudo, sua existência. Para que essas reivindicações ganhem força e legitimidade, foi, e é necessária até os dias atuais, a presença de lideranças do movimento indígena, pessoas que tenham a capacidade de levar a mensagem de seus povos ao mundo e, assim, chamar atenção para uma causa que sofre cada vez mais com ataques por parte do Estado.

A Declaração dos Povos Indígenas da ONU, aprovada em 2007, abrange as reivindicações desses povos ao redor do mundo, servindo como base legal para a garantia desses direitos. Entretanto, líderes brasileiros afirmam existir um descaso por parte do governo no que diz respeito à luta indígena.

Para Rosimere Arapaço, coordenadora da Rede de Mulheres Indígenas do Estado do Amazonas (MAKIRA-ÊTA), a conjuntura política atual desrespeita, em todas as instâncias, os pontos que foram acordados nos anos anteriores, transmitindo insegurança quanto aos direitos garantidos através das leis internacionais.

“(…) ela (conjuntura política atual) praticamente vem detonando

tudo isso. Ela não respeita, não consegue fazer nada acordado nos anos interiores. Então isso nos transmite uma grande insegurança quanto aos direitos garantidos através das leis internacionais. Não é respeitado em nenhuma instância.”

Rosimere demonstra a insatisfação que a grande maioria das lideranças indígenas do Brasil têm sentido com discursos e ameaças que surgiram com a mudança de governo no país. Assumidamente contra a demarcação de terras, o presidente Jair Bolsonaro já prometeu, através de sua equipe, não ceder um centímetro a mais para serem demarcados. A preocupação maior se dá com a constante ameaça de perder as terras já conquistadas.

Além das terras, direitos fundamentais, com o acesso a saúde, causa inquietação na população indígena. Após recuar da decisão de extinguir a Secretária Nacional de Saúde Indígena (Sesai), o governo publicou um decreto no dia 31 de Maio onde cargos e departamentos do órgão deixaram de existir. Apesar da promessa de continuar com o trabalho no Ministério da Saúde, a mudança aglomerou muitas causas no mesmo, tirando poder de efetividade.

Os direitos indígenas sempre foram um exemplo de descaso no mundo, ainda mais em nosso país. Durante as últimas décadas, muitos deles foram sendo conquistados graças ao grande trabalho de índios oriundos de tribos no Brasil, que com muito esforço espalharam suas mensagens em países estrangeiros. Por isso, destacamos o trabalho de dois líderes que ganharam grande notoriedade: Raoni Metuktire e Ailton Krenak



RAONI METUKTIRE

Raoni Metuktire é um líder indígena da etnia Caia-pó. Nascido no ano de 1930, Raoni tem sua trajetória marcada pela forte luta nas causas em prol não só das tribos indígenas como do meio ambiente — que acabam sendo sinônimos em muitos momentos. Nascido em Mato Grosso, aprendeu a língua portuguesa em 1954, quatro anos após ter contato com o então presidente Juscelino Kubitschek. Dez anos depois, em 64, encontrou-se com o Rei Leopoldo III da Bélgica, ainda no Mato Grosso.

Sua primeira aparição internacional se deu quando foi tema principal do documentário homônimo Raoni, dirigido pelo cineasta belga Jean-Pierre Dutilleux e Luiz Carlos Saldanha. As proporções do documentário se deram, principalmente, pelo fato de ter o ator Marlon Brando, que estava a viver o auge de sua carreira, como narrador do longa.

Em 1987, Raoni teve sua fama espalhada em todo o mundo. Após um encontro com o cantor Sting, no Parque Indígena do Xingu, Raoni participou com ele de uma conferência de imprensa em São Paulo em 1988, durante a turnê Human Rights Now!, evento organizado pela Anistia Internacional. A turnê com Sting fez com que Raoni conseguisse espalhar suas mensagens em 17 países.

Uma das lutas propagadas por Raoni ao redor do mundo foi a criação de um Parque Nacional na região do Rio Xingu. O resultado foi a criação de doze fundações Floresta Verde pelo mundo, arrecadando fundos e conseguindo a homologação, em 1993, para a criação do parque. Durante a mesma campanha pelos países, a luta de Raoni resultou no desbloqueio de fundos para demarcação de terras indígenas brasileiras.



Raoni na posse do Presidente Lula (2023); Foto: Ricardo Stukert

Os resultados de suas mobilizações se deram, principalmente, pela sensibilização que o discurso de Raoni alcançou grandes líderes mundiais. Começando pela França, com o presidente (1981–1995) François Mitterrand apoiando sua iniciativa. Desde então, Raoni mantém boas relações com os líderes políticos franceses, que o admiram e lhe dão voz e suporte sempre que necessário. No dia 17 de maio, encontrou o presidente francês Emmanuel Macron na tentativa de manter salva a reserva do Xingu. Macron apresentou o projeto do governo francês de sediar uma cúpula internacional dos povos indígenas no próximo

AILTON KRENAK

Com o rosto coberto de tinta preta e entoando um discurso comovente, Ailton Krenak chamou a atenção de todos em uma sessão da Assembleia Constituinte, em 1987. A tinta preta representava o luto, símbolo de sua tribo crenaque, as palavras representavam a indignação com a conjuntura política da época que indicava um retrocesso das lutas indígenas. Após reivindicações, Krenak, ao lado de outras lideranças, fez com que os direitos indígenas fossem assegurados na Constituição de 1988, através dos artigos 231 e 232.



Esse episódio marcou a trajetória de Ailton Krenak, mas não resume todos seus feitos durante as décadas em que vem sendo considerado como uma das mais importantes lideranças do movimento indígena brasileiro, ganhando, inclusive, relevância internacional através de seus discursos e obras. movimento indígena atualmente, é inquestionável a contribuição de Krenak para os objetivos que foram conquistados durante os últimos anos. Com seus discursos e palestras que possuem fama internacional, Krenak se firma como um dos personagens mais valiosos de nosso país no que se refere à luta indígena.

Nascido em 1953, em Minas Gerais, Krenak viveu sua infância às margens do Rio Doce e passou a se destacar no movimento indígena na década de 1980, quando participou da fundação de organizações que tinham como objetivo a promoção da cultura indígena e a luta por seus direitos. A Aliança dos Povos da Floresta visava a criação de reservas extrativistas de látex e que permitissem a colheita de outros produtos da floresta a fim de estabelecer um meio para a subsistência econômica desses povos.

O Núcleo de Cultura Indígena, idealizado por Ailton Krenak em 1998, tem como principal função a realização de um festival chamado “Ailton: o Festival de Dança e Cultura Indígena”, que, até os dias de hoje, na Serra do Cipó, em MG, visa promover a convergência cultural das mais diversas etnias de povos indígenas brasileiros. Através de reivindicações em conjunto com o Movimento Ambientalista Mineiro, Krenak fez com que a Serra do Espinhaço, da qual a Serra do Cipó faz parte, se tornasse uma reserva da Biosfera pela UNESCO, garantindo, assim, uma proteção ambiental ao conjunto de montanhas.

Sempre buscando a garantia e ampliação dos direitos indígenas, Krenak serviu como assessor especial de assuntos indígenas do Governo de Minas Gerais entre 2003 e 2010, onde teve papel fundamental na elaboração de políticas públicas em defesa dos interesses de 11 mil índios de oito etnias.

Considerado como um dos maiores líderes do movimento indígena atualmente, é inquestionável a contribuição de Krenak para os objetivos que foram conquistados durante os últimos anos. Com seus discursos e palestras que possuem fama internacional, Krenak se firma como um dos personagens mais valiosos de nosso país no que se refere à luta indígena.



Ailton Krenak ganhou notoriedade com discurso histórico na Câmara dos Deputados, em 1987. Foto: Garapa — Coletivo Multimídia

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Journal de Minas Class.: 44

Data: 01/11/83 Pg.: _____

150

Caminhada à terra Pataxó (IV)

Traição de brancos, causa do massacre

No dia 20 de outubro ainda continuamos em Barra Velha, na Aldeia Pataxó. Ficamos sabendo que o retorno à civilização adiantada seria no dia seguinte, 21, antes do meio-dia. Era necessário acelerar o trabalho. Muitas coisas precisavam ser descobertas naquele "paraíso" silvestre e a praia nos esperava. Afinal, o corpo merecia um descanso e um bronzeado, antes da partida.

O índio Bidu, que está sendo treinado para ser o cacique da tribo, ofereceu seus préstimos para nos levar até algumas pessoas que poderiam nos contar o passado daquela tribo, o massacre sofrido em 1951 e como eles viviam na época. Saímos do alojamento da Funai cedo, em direção à Aldeia que fica bem perto, entre a praia e o alojamento.

A primeira parada foi na casa de dona Josefa Ferreira, uma índia parálitica que acha que tem "por volta de 62 anos de idade", mãe de sete filhos, avó de "mais ou menos 30 kitokos" (crianças) e amiga de todos da aldeia. Bidu conta que "dona Zefa é tipo uma conselheira da tribo, porque viveu e sofreu muito neste mundo, lutando por dias melhores".

SOFRIMENTO E ESPERANÇA

No início da Aldeia, bem perto de uma Capela e do Cemitério, a casa da índia Josefa Ferreira está aberta para todos: dividida em dois cômodos pequenos, chão batido, tijolo pintado de branco, uma cama com esteira e algumas estacas fincadas no chão para a velha índia se deslocar até o terreiro



"Auê ramelada", a festa Pataxó

ou mesmo até o fundo de um pequeno quintal.

Sorriso aberto, sem muita curiosidade, ela nos recebe. No terreiro, dona Zefa se acomoda com dificuldade em uma cadeira e começa a nos contar, bem à vontade, um pouco do que sabe da vida da tribo. Ela inicia pelo massacre sofrido em 1951. A velha índia era adolescente, mas já carregava a responsabilidade de mãe de três pequenos filhos e o orgulho de ser uma das "filhas" do

cacique Honório. Ele não era pai verdadeiro da índia, mas ela o considerava assim.

Ela aceita um cigarro e dá "boas-vindas aos brancos". Depois lembra a traição, a morte, a fuga e o desespero sofridos. "O meu "pai Honório" era o cacique da nossa tribo em 51, quando éramos mais ou menos uns 500 índios. Ele era muito esforçado e sempre se preocupava em ajudar toda a nossa gente. Mas era também muito bobo e honesto". Falan-

do calmamente, entre um trago e outro do cigarro, dona Zefa, cabeça baixa, continua contando a história na presença do Bidu.

— Um dia meu pai, com muita sede de melhorar a vida da aldeia, conseguiu um jeito de ir até o Rio de Janeiro para registrar nossas terras. Quando ele voltou, dois outros homens, brancos, estavam com ele. Estes brancos falaram aqui na tribo que eram do governo e que vieram para ajudar a gente. Um dia eles começaram a juntar índio daqui, índio dali, e quando um grupo estava formado, levaram estes índios até Corumbá, onde obrigaram todos a invadir uma vendinha de um homem. Os dois brancos atiraram neste homem sem dó e mandaram os índios apanharem tudo da vendinha falando que aquilo era nosso”.

A índia Josefa demonstrava estar abatida. A paralisia destruiu um pouco da força que tinha e ficamos preocupados se não estaríamos abusando de sua boa vontade. Ninguém perguntou nada e de repente, dona Zefa fala: “Olha gente sei que vocês são pessoas boas e honestas. Quero conversar muito. Vocês estão com paciência com esta velha?”. Assustamos com a sua percepção e ficamos mais tranquilos. A índia continua com o filtro do cigarro entre os dedos. Oferecemos outro e ela aceita, resolvendo, imediatamente, continuar a contar o que sabia do massacre de 51.

Ela não esquece onde havia parado. “Os índios, como são bobos, obedeceram a ordem dos brancos e voltaram para a Aldeia. No dia seguinte à chegada aqui, os dois brancos falaram que teriam de voltar ao Rio de Janeiro para tratar de alguns assuntos, mas retornariam no dia 18 de maio para marcarem as terras. Cinco dias depois do acontecido na vendinha, estes dois voltaram e junto deles vieram os homens da Polícia. Um grupo era de Santa Cruz e outro de

Prado. Eles ficaram separados. Um grupo de um lado e outro do outro, trocando tiros e os índios no meio apavorados. As duas polícias achavam que eram os índios que estavam atacando e quando descobriram o erro, começaram a bater em toda a gente e a atirar nos índios da tribo. Foi o maior inferno isto aqui. Nós não entendemos nada e de repente descobrimos que fomos traídos pelos dois brancos. Ai já era tarde e a solução foi fugir para a mata, evitando sofrer nas mãos dos soldados que violentavam, torturavam e até matavam os índios e ainda colocavam fogo nas casas”.

A conselheira da tribo Pataxó continua a contar pausadamente: “Quando eu vi toda aquela confusão, comecei a rezar pedindo a Tupã muita coragem. Agarrei meus três filhos e fugi para a mata, onde fiquei durante sete dias e sete noites passando dificuldades. Meu marido foi amarrado e espancado pelos soldados, como meu “pai Honório”. Durante a noite do sétimo dia, resolvi sair da mata e voltar para a Aldeia, onde eu pensava encontrar meus irmãos Pataxó. Quando aqui cheguei não tinha ninguém. As casas estavam todas queimadas e os Pataxó espalhados pela mata com medo de voltar. Foi então que resolvi procurar meu marido. Encontrei com ele em uma fazenda perto daqui e voltamos para a Aldeia”.

Conta dona Zefa que teve medo e pavor de continuar a viver “pela primeira vez na vida”. Disse ela que “quando cheguei, novamente na Aldeia, começamos a construir uma nova casa e a ficar cheia de esperança. Um dia, pela manhã, eu chorei muito e rezei pedindo a Tupã que clareasse a minha idéia. Depois que acabei de orar, olhei para a estrada e vi duas pessoas chegando. Mostrei para meu marido e ficamos esperando. Quando estas duas pessoas chegaram mais perto, descobri que eram meus pais”.

Neste momento, a índia Josefa começa a chorar emocionada. Engasgada, ela conta que saiu correndo em direção ao pai e a mãe e “chorando muito nos abraçamos. Meu pai queria saber dos outros Pataxó e saiu para a mata para buscar os índios. Foi assim que nós conseguimos levantar a Aldeia novamente. Depois de muito tempo, Honório morreu e meu irmão ficou sendo o cacique da tribo. Eu ajudava muito todas as pessoas e hoje fico magoada com alguns deles porque não seguem meus conselhos”, desabafou dona Zefa.

A velha índia, quando termina de contar fatos relacionados com o massacre, que “até hoje ninguém sabe porque aconteceu”, pede uma ajuda para seus irmãos Pataxó “que merecem uma vida mais digna”. Para ela não pede nada mas, deixa claro que o maior desejo é o de, um dia, conhecer uma cidade grande e ter contato com o mundo de fora que “deve ser lindo e maravilhoso”. Nos despedimos.

A volta para o alojamento da Funai é lenta. Por diversas vezes paramos para conversar com crianças, jovens e idosos. Todos estão satisfeitos com a presença dos brancos na Aldeia. Decidimos dar um descanso na praia, depois do almoço-jantar.

O sol já estava mais brando quando retornamos para a Aldeia. Em frente ao alojamento, vários índios pintados, vestidos de tangas, com colares no pescoço se preparam para dar início à “Rameiada” (festa, em Pataxó). Dançaram e cantaram até escurecer. Nada beberam. Noite clara. Alguns não querem dormir e, em rodinhas, conversam até o amanhecer. Hoje, infelizmente para muitos, voltaremos para Belo Horizonte.

TEXTO: de Idamaris Félix
FOTOS: de Marcos Guião



QUESTÃO 37

As línguas silenciadas do Brasil

Para aprender a língua de seu povo, o professor Txaywa Pataxó, de 29 anos, precisou estudar os fatores que, por diversas vezes, quase provocaram a extinção da língua patxôhã. Mergulhou na história do Brasil e descobriu fatos violentos que dispersaram os pataxós, forçados a abandonar a própria língua para escapar da perseguição. “Os pataxós se espalharam, principalmente, depois do Fogo de 1951. Queimaram tudo e expulsaram a gente das nossas terras. Isso constrange o nosso povo até hoje”, conta Txaywa, estudante da Universidade Federal de Minas Gerais e professor na aldeia Barra Velha, região de Porto Seguro (BA). Mais de quatro décadas depois, membros da etnia retornaram ao antigo local e iniciaram um movimento de recuperação da língua patxôhã. Os filhos de Sameary Pataxó já são fluentes — e ela, que se mudou quando já era adulta para a aldeia, tenta aprender um pouco com eles. “É a nossa identidade. Você diz quem você é por meio da sua língua”, afirma a professora de ensino fundamental sobre a importância de restaurar a língua dos pataxós. O patxôhã está entre as línguas indígenas faladas no Brasil: o IBGE estimou 274 línguas no último censo. A publicação *Povos indígenas no Brasil 2011/2016*, do Instituto Socioambiental, calcula 160. Antes da chegada dos portugueses, elas totalizavam mais de mil.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: 11 jun. 2019 (adaptado).

O movimento de recuperação da língua patxôhã assume um caráter identitário peculiar na medida em que

- A** denuncia o processo de perseguição histórica sofrida pelos povos indígenas.
- B** conjuga o ato de resistência étnica à preservação da memória cultural.
- C** associa a preservação linguística ao campo da pesquisa acadêmica.
- D** estimula o retorno de povos indígenas a suas terras de origem.
- E** aumenta o número de línguas indígenas faladas no Brasil.



INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta preta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para a contagem de linhas.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
 - 4.1. tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada "texto insuficiente";
 - 4.2. fugir ao tema ou não atender ao tipo dissertativo-argumentativo;
 - 4.3. apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto;
 - 4.4. apresentar nome, assinatura, rubrica ou outras formas de identificação no espaço destinado ao texto.

TEXTO I

Você sabe quais são as comunidades e os povos tradicionais brasileiros? Talvez indígenas e quilombolas sejam os primeiros que passam pela cabeça, mas, na verdade, além deles, existem 26 reconhecidos oficialmente e muitos outros que ainda não foram incluídos na legislação.

São pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu, apanhadores de flores sempre-vivas, caatingueiros, extrativistas, para citar alguns, todos considerados culturalmente diferenciados, capazes de se reconhecerem entre si.

Para uma pesquisadora da UnB, essas populações consideram a terra como uma mãe, e há uma relação de reciprocidade com a natureza. Nessa troca, a natureza fornece "alimento, um lugar saudável para habitar, para ter água. E elas se responsabilizam por cuidar dela, por tirar dela apenas o suficiente para viver bem e respeitam o tempo de regeneração da própria natureza", diz.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO II

Povos tradicionais do Brasil
Estados com a maior concentração de famílias

Fonte: Ministério Público Federal. Infográfico elaborado em: 25/10/2019.

Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO III

Povos e comunidades tradicionais

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) preside, desde 2007, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada em 2006. Fruto dos trabalhos da CNPCT, foi instituída, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2017, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). A PNPCT foi criada em um contexto de busca de reconhecimento e preservação de outras formas de organização social por parte do Estado.

Disponível em: <http://mds.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

TEXTO IV

Carta da Amazônia 2021

Aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)

Não podia ser mais estratégico para nós, Povos Indígenas, Populações e Comunidades Tradicionais brasileiras, reafirmarmos a defesa da sociobiodiversidade amazônica neste momento em que o mundo volta a debater a crise climática na COP26. Uma crise que atinge, em todos os contextos, os habitantes da Terra!

Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros.

Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado, com empresas que apoiam legislações ambientais que ameçam nossos direitos e com mecanismos de financiamento que não condizem com a realidade dos nossos territórios.

Propomos o que temos de melhor: a experiência das nossas sociedades e culturas históricas, construídas com base em nossos saberes tradicionais e ancestrais, além de nosso profundo conhecimento da natureza.

Inovação, para nós, não pode resultar em processos que venham a ameaçar nossos territórios, nossas formas tradicionais e harmônicas de viver e produzir.

Amazônia, Brasil, 20 de outubro de 2021.

Entidades signatárias: CNS; Colab; Conaq; MIQCB; Coica; ANA Amazônia e Confrem

Disponível em: <https://a3.amazonia.org>. Acesso em: 17 jun. 2022 (adaptado).

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema "Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil", apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.

O QUE É UMA RETOMADA?

Por Felipe Bruno Martins Fernandes

O movimento indígena é muito atuante e tem resistido à invasão de seus territórios há muitos séculos.

Como movimento criativo, tem desenvolvido estratégias de luta cada vez mais eficazes.

Os Pataxó Hãhããe inventaram uma estratégia que se difundiu dentre povos indígenas de todo o Brasil.

Trata-se do que se convencionou chamar de “retomada”, que nada mais é do que uma decisão da comunidade - adultos, idosos e crianças - de recuperar as terras ancestrais perdidas, das quais foram expulsos à força.

As retomadas envolvem enfrentamento e resistência e durante essas etapas de luta pelo território muitos indígenas são torturados, espancados e mortos.

QUANDO TUDO COMEÇOU

Por Ana Cláudia Gomes de Souza

FONTE:

SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. **“PASSOU? AGORA É LUTA!”: um estudo sobre ações afirmativas e a presença de jovens estudantes indígenas na Universidade Federal da Bahia**. 2016. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia e Etnologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23561?mode=full>. Acesso em: 31 dez. 2022

O ingresso, em 2005, de duas estudantes indígenas pataxós, as irmãs Anari e Arissana Braz, reverberou na comunidade como uma espécie de “mito fundador” de uma nova etapa nas relações entre um povo indígena e o estado brasileiro, através da Universidade Federal da Bahia. Afinal, depois de 55 anos de existência, a instituição acolhia, em seu corpo discente, os três primeiros indígenas no ensino universitário.

A notícia ganhou ainda maior visibilidade quando os dois principais jornais de Salvador elaboraram matérias sobre a inserção das estudantes, destacando o pertencimento indígena e as prováveis dificuldades que iriam enfrentar, devido a então ausência, na UFBA, de uma política de assistência e permanência diferenciada. Ainda hoje essas matérias são citadas como marco desse rito de passagem, registro de acesso a uma nova categoria e posição social. Tal feito funcionou como decisivo incentivo para outros estudantes que ingressaram na UFBA, na sequência. “As meninas prepararam o caminho, hoje depois de muitas coisas que elas lutaram e muitas [conquistas] que elas não desfrutaram, nós queremos fazer o mesmo para os demais que virão” (Samara Carvalho, estudante pataxó do curso de direito).

Em um passado recente, Anari recordou que mesmo com uma população de cerca de dez mil pataxó, em 2001, havia apenas um estudando em Mato Grosso, na primeira licenciatura intercultural indígena do Brasil para formação de professores, e ressalta a importância da formação, em assuntos culturais, nas licenciaturas para professores indígenas. Cinco anos transcorrem e, em 2005, ingressaram as duas primeiras estudantes indígenas pataxós, pelo sistema de cotas da UFBA. “-- Aí tem algum pataxó estudando?”, alguém perguntava. “--Tem uma parente estudando lá na Universidade Federal da Bahia”, era a resposta, durante certo tempo. Atualmente são 53. “Naquele tempo quando entrei só tinham duas, já tem quase trinta estudantes indígenas, isso pra gente também já é significativo. E no contexto nacional, hoje, a gente tem um cenário mais ou menos, não tenho dados precisos, cerca de 8 mil estudantes indígenas nas universidades públicas no Brasil inteiro”.



Dona Josefa. Desenho de Arissana Pataxó, 2006, carvão sobre papel, 33x41cm; Releitura da fotografia de Marcelo Buainaim

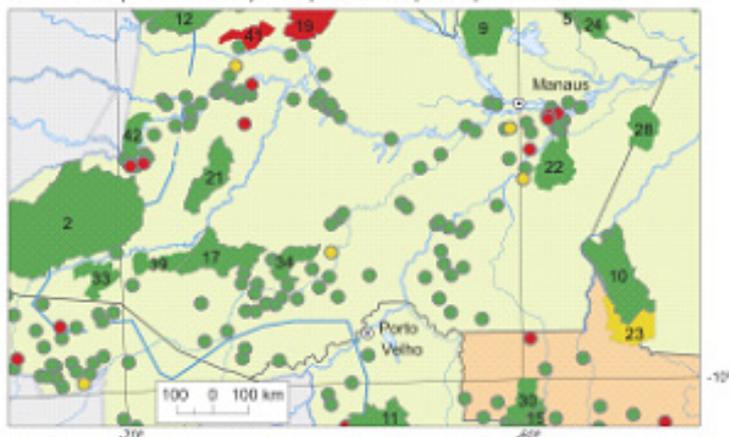


MAPAS

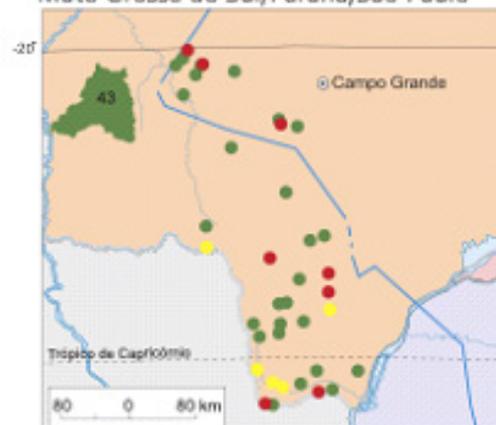
Parques e terras indígenas - 2017



Rondônia/Amazonas/Acre/Roraima/Pará/Mato Grosso



Mato Grosso do Sul/Paraná/São Paulo

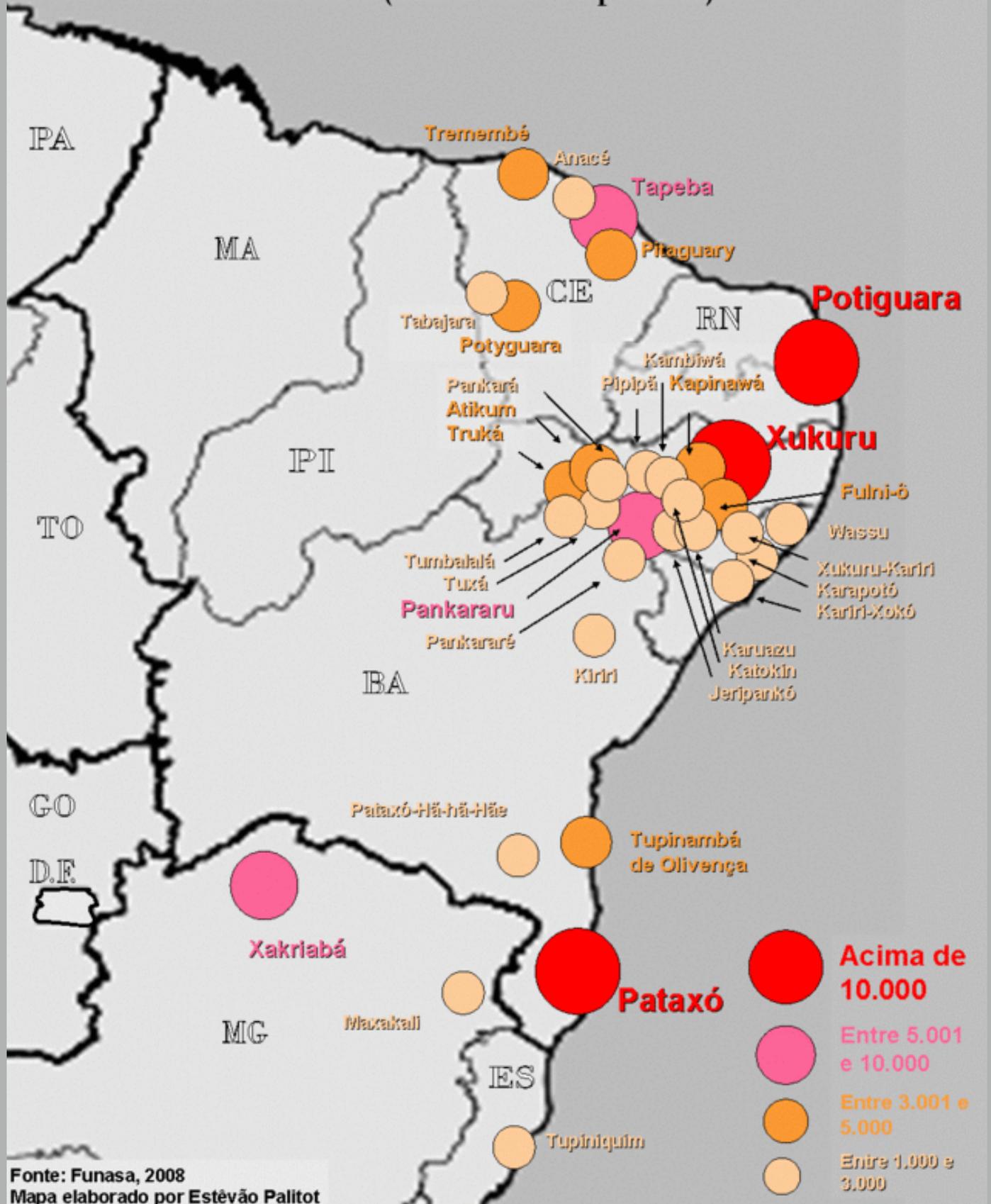


Fonte: Terra indígena, e, Terra indígena em estado. Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio - Funai, 2018. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php?npage>>. Acesso em: out. 2018.

Pinte o mapa do Brasil com os territórios do povo Pataxó:



Povos indígenas com maior população no Leste-Nordeste (acima de 1000 pessoas).



Fonte: Funasa, 2008
 Mapa elaborado por Estêvão Palitot



MAPA DAS ALDEIAS PATAXÓ



Superintendência de assuntos Indígena de Porto Seguro 2013
superintendencia.indigena.ps@gmail.com



PATXÔHÃ

LÍNGUA DE GUERREIRO

AVANÇOS IMPORTANTES PARA O POVO PATAXÓ EM RAZÃO DA RETOMADA DA LÍNGUA PATXÔHÃ.

FONTE:

BOMFIM, Anari Braz. Patxôhã: a retomada da língua do povo pataxó. **Linguística**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, [s. l], v. 13, n. 1, p. 303-327, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rl/article/view/10433>. Acesso em: 31 dez. 2022.

A mobilização de jovens indígenas na valorização e divulgação do Patxohã em diversos espaços

Pais estimulando os seus filhos para a aprendizagem do Patxohã

Criação de cantos

Estimular os pais a registrar seus filhos com nomes Patxohã

Publicação de materiais didáticos em Patxohã entre os Pataxó da Bahia e Minas Gerais

Valorização do Patxohã nas atividades culturais e esportivas realizadas nas comunidades

Ensino do Patxohã em todas as escolas, com a contratação de professores pataxó pelas secretarias de educação municipais e estadual

Identificação no Censo Escolar do INEP

O processo de retomada linguística tem sensibilizado outros povos a valorizarem suas línguas

O Patxohã se tornou um canal de interação e união entre as aldeias do extremo sul da Bahia e as de Minas Gerais



ORAÇÃO PATAXÓ

POR JERRY MATAWÊ

Nós entendemos hoje o Patxôhã como um processo coletivo, não é algo individual e tudo isso iniciou não só pela necessidade de uma escola indígena ou pela criação da Reserva da Jaqueira. Já havia uma discussão entre as lideranças, entre os mais velhos, da necessidade da revitalização da cultura e aí incluindo a língua. Nós entendemos hoje como esse processo de revitalização foi combinado.

Tudo esse processo não foi iniciado de qualquer maneira, pois o pessoal de Minas Gerais já vinha fazendo um trabalho nessa direção, principalmente com a questão dos nomes indígenas e aqui também a gente historicamente sempre usou dois nomes. Muitas vezes era um nome na língua portuguesa e um nome na nossa língua, geralmente o nome de um animal. Às vezes usávamos o nome de uma língua indígena de outra região. Já havia um uso de uma outra linguagem que não era aquela qualificada no dia a dia. E também não era a língua dos mais velhos, vamos dizer assim. Era uma língua usual, o que poderíamos chamar de uma variante do português. Nós fizemos todo um processo de conversar com as lideranças. Eu me lembro muito bem a primeira vez que nós apresentamos esse projeto. Isso foi no Monte Pascoal, até porque em 1999 estava lá grande parte das lideranças que estavam na retomada do Monte Pascoal e nós aproveitamos aquele momento para apresentar as nossas primeiras noções de que a gente estava fazendo, de que a gente imaginava que era possível ser feito, e isso foi muito bem aceito. As lideranças entendiam que o caminho era realmente aquele e que a gente precisaria combinar melhor tudo isso... Depois fizemos um outro encontro na Reserva da Jaqueira, onde ficou clara essa nova possibilidade de entendimento, que havia a necessidade dessa retomada de nossa língua. E, portanto, para a gente não ficar de maneira isolada, a gente criou um grupo de estudo.

PATXÔHÃ

KANÃ PATAXI PETÕI
BAYXUTXE NAÃHÃ POKÃYARÉ
ARNÃ PETÕI PUHUY
ARNÃ PETÕI AKUÃ
ARNÃ PETÕI SARÃ DXAHÁ TXOBHARÉ
(2X)
KAHABTXE SIRATÃ (3X)
DXÁ'Á UIP ÁPÔY ÛMIP MAIÕ (2X)

PORTUGUÊS

NA MINHA ALDEIA TEM,
BELEZA SEM PLANTAR,
EU TENHO ARCO,
EU TENHO FLECHA,
EU TENHO RAIZ PARA CURAR
(2X)
VIVA JESUS (3X)
QUE NOS VEM TRAZER A LUZ (2X)

FONTE:

SANTANA, Cleidiane Ponçada. **Cantos Tradicionais Pataxó na Língua Patxôhã**. 2016. 63 f. TCC (Graduação) - Curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://www.biblio.fae.ufmg.br/monografias/2016/cleideane%20poncada%20santana.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2022.

VOZES PATAXÓ

A arte e a música indígena em destaque na cena brasileira

A luta pela valorização da cultura indígena tem sido uma pauta cada vez mais urgente e necessária em nossa sociedade. E é nesse contexto que surgem artistas e músicos que, por meio de seus trabalhos, reivindicam o espaço e o reconhecimento que as culturas originárias merecem. Nessa matéria, conheceremos duas dessas vozes: Ludmilla Alves, artista e designer de roupas Pataxó, e Akuã Pataxó, jovem rapper da aldeia de Coroa Vermelha. Ambos têm se destacado em suas áreas de atuação e lutado pela valorização da cultura e da língua Pataxó.

LUDMILLA ALVES

A artista pataxó que valoriza a cultura indígena

Ludmilla Alves é uma artista e designer de roupas Pataxó que vive na Reserva da Jaqueira, em Porto Seguro. Ela é especialista em pinturas manuais do povo Pataxó e fundou a grife Tupsay Modas, que produz roupas e bolsas únicas com grafismos indígenas.

Além de sua arte, Ludmilla é uma liderança na Reserva da Jaqueira e tem lutado pela preservação da cultura Pataxó e pelos direitos indígenas. Sua história é inspiradora e sua luta pela valorização cultural do povo Pataxó é um exemplo de resistência.

A Reserva da Jaqueira é um lugar especial, onde a cultura Pataxó é preservada e valorizada. Ludmilla encontrou lá sua vocação e, desde então, tem sido uma das principais representantes do povo Pataxó.

Sua luta pela preservação da cultura Pataxó é importante porque o povo indígena tem sofrido com a perda de suas tradições e com a invasão de suas terras. Ludmilla é uma das vozes que lutam para mudar essa realidade.

Conhecer Ludmilla e sua história é também uma forma de apoiar a luta indígena e valorizar a diversidade cultural do nosso país. Sua arte e sua trajetória nos lembram da importância de valorizar e respeitar a cultura indígena e de reconhecer o papel fundamental que os povos originários desempenham na construção da nossa identidade nacional.



AKUÃ PATAXÓ

o jovem rapper que valoriza a cultura indígena



Akuã Pataxó é um jovem rapper da aldeia de Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália, Bahia, que vem ganhando destaque na cena musical brasileira. Sua música é marcada pela mistura de ritmos e pela utilização da língua Patxôhã, falada pelo povo Pataxó, como forma de resgate e valorização da cultura indígena.

Desde cedo, Akuã demonstrou interesse pela música e com o apoio da família e dos amigos da aldeia, começou a compor suas primeiras músicas e a se apresentar em eventos locais. Com o tempo, sua música começou a ganhar cada vez mais visibilidade e hoje ele é reconhecido como um dos principais representantes da cultura Pataxó na música brasileira.

Akuã tem se destacado não apenas pela qualidade de sua música, mas também pela sua mensagem de valorização da cultura indígena e da língua Patxôhã. Em suas composições, ele aborda temas como a luta pela demarcação de terras indígenas, a preservação do meio ambiente e a resistência cultural dos povos originários.

Além disso, Akuã tem sido uma importante figura na retomada da língua Patxôhã, que estava em risco de desaparecimento. Ao utilizar a língua em suas músicas e nas suas redes sociais, ele tem contribuído para a disseminação e valorização da língua entre os jovens da aldeia e para além dela.

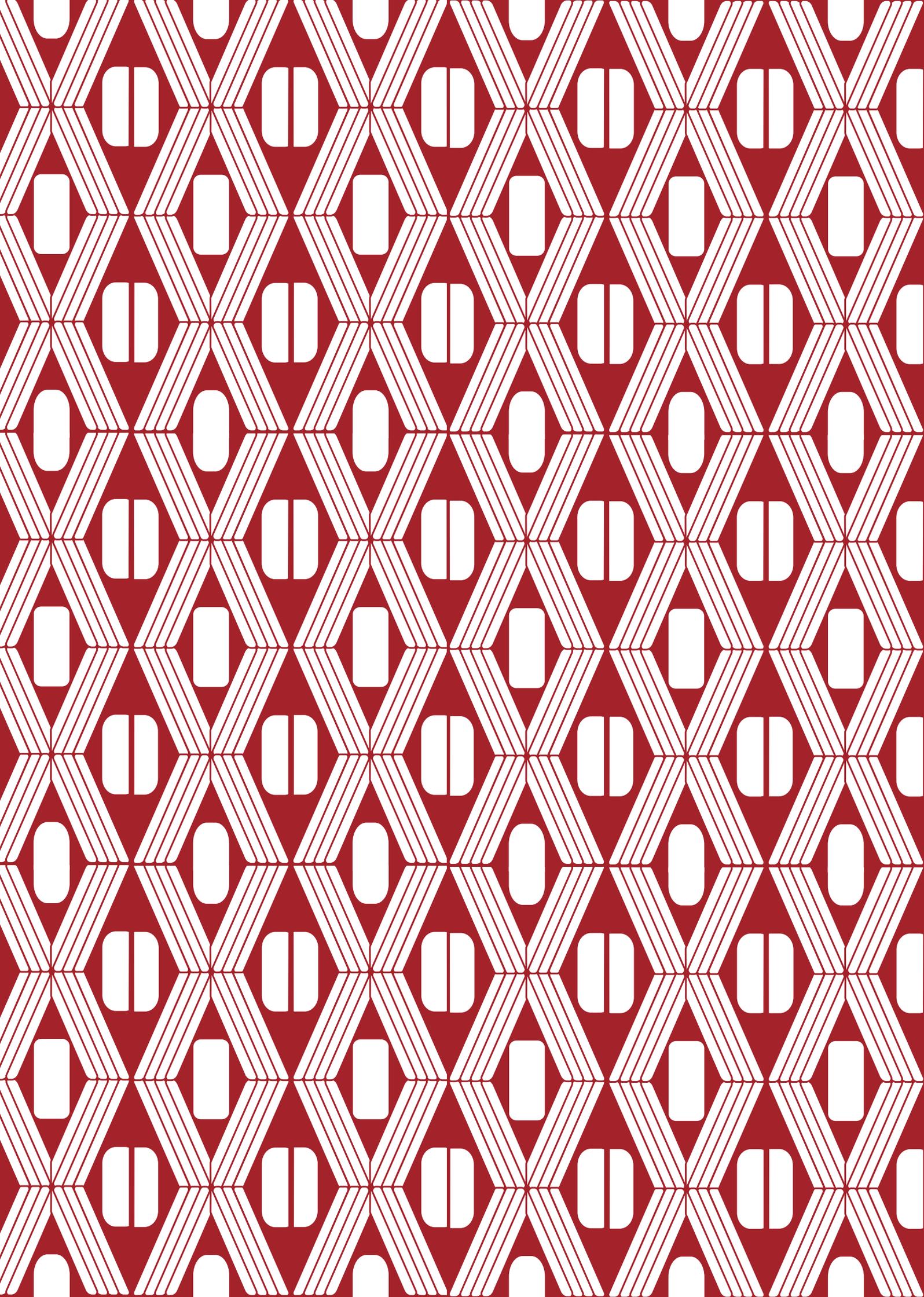
Akuã Pataxó representa uma nova geração de artistas indígenas que estão reivindicando seu espaço na cena musical brasileira e lutando pela valorização de suas culturas e tradições. Sua música e sua mensagem são importantes não apenas para a comunidade Pataxó, mas para toda a sociedade brasileira, que precisa reconhecer e valorizar a diversidade cultural do país. Akuã é uma voz que merece ser ouvida e valorizada.



ETIQUETAS

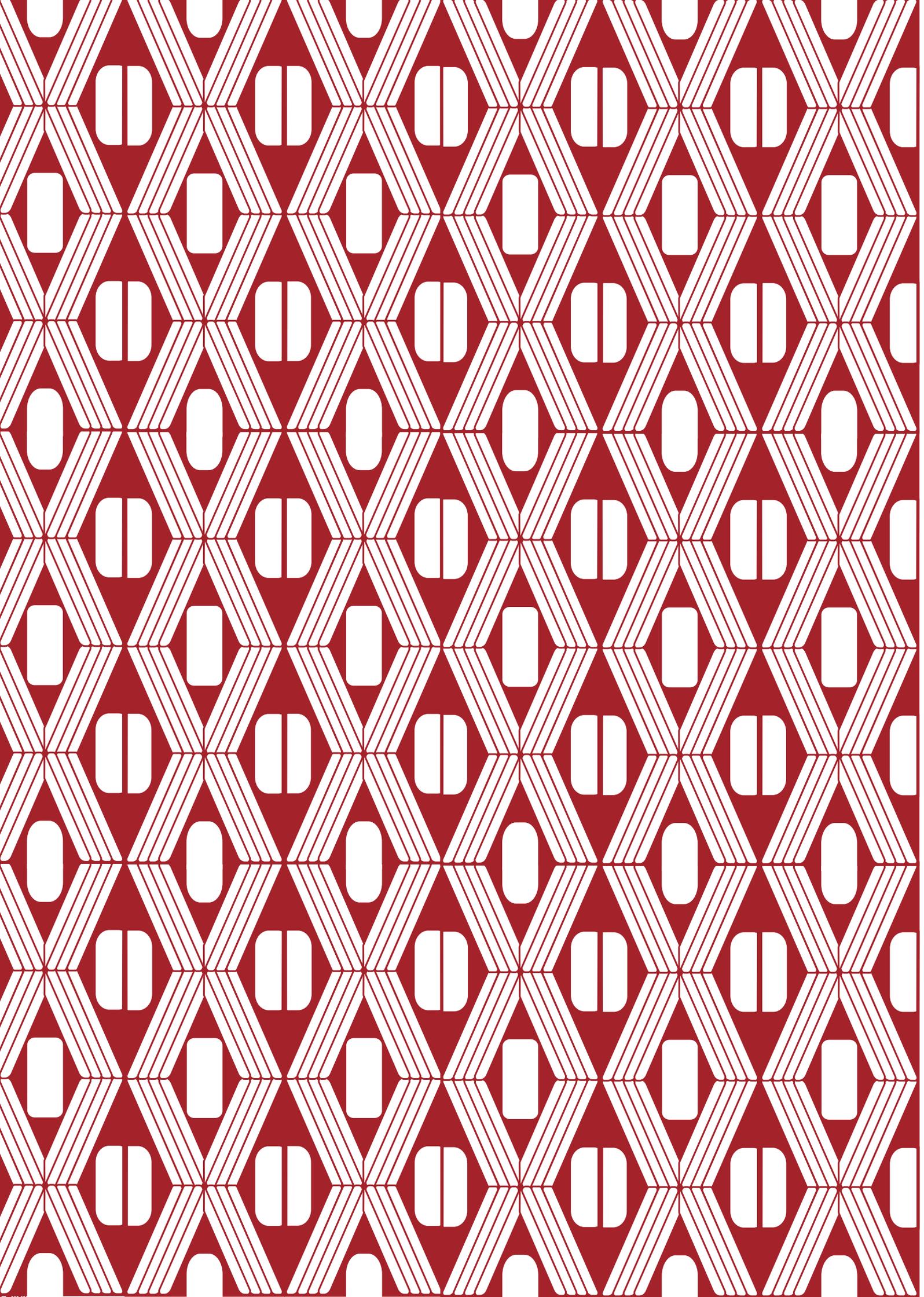
AKUÃ	ARNÃ	AWÊRY
HERTON	JOKANA	KIJEME
NIAMISSUM	PATIXI	RAMIAR
THIRRY	TUPISSAI	WERYMERRY





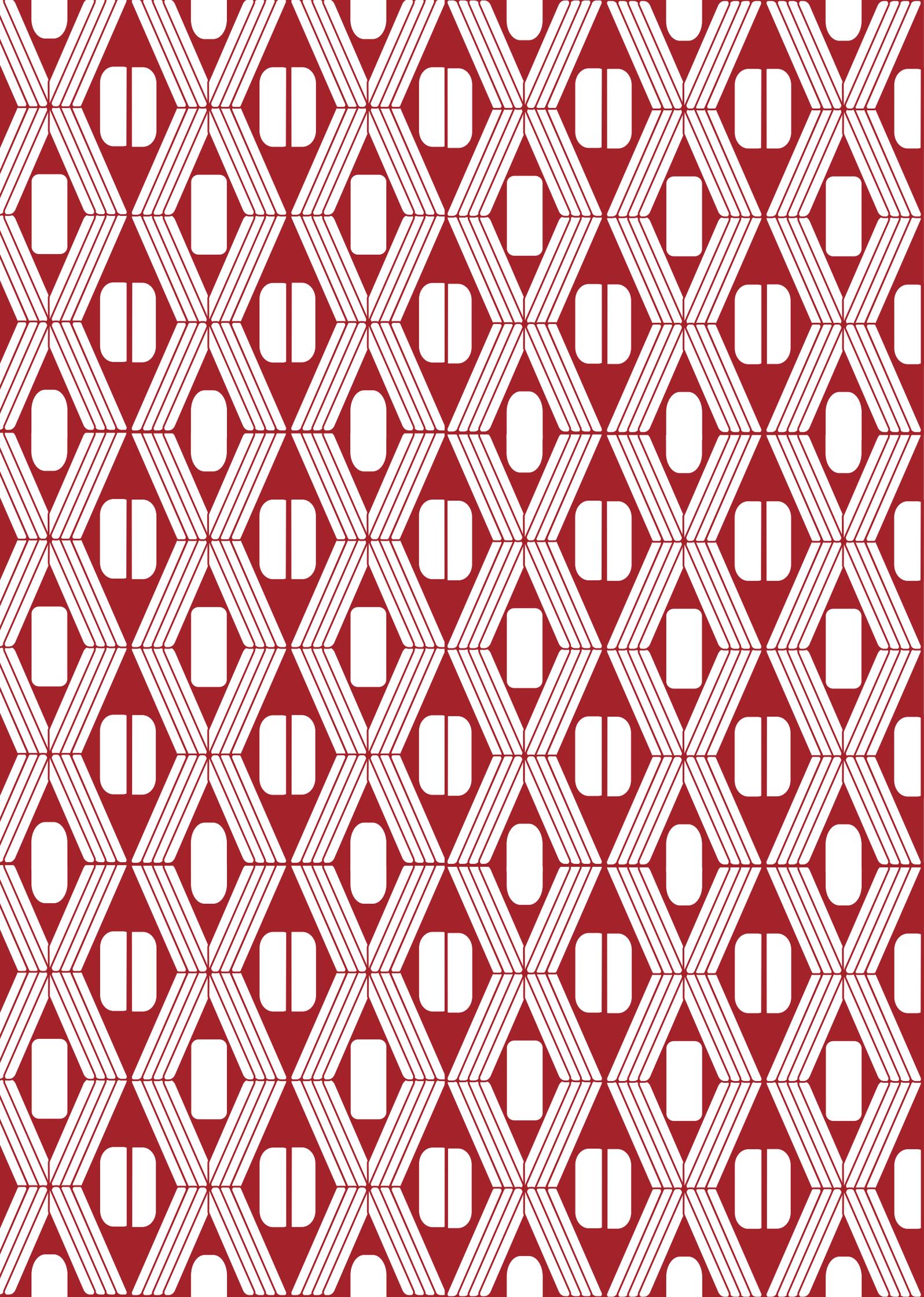
TERRAS	ALDEIA
AWÊ	TERRITÓRIO
FLORESTA	PATIOBA
FOGO DE 51	PATXÔHÃ
JOSEFA	ROÇA





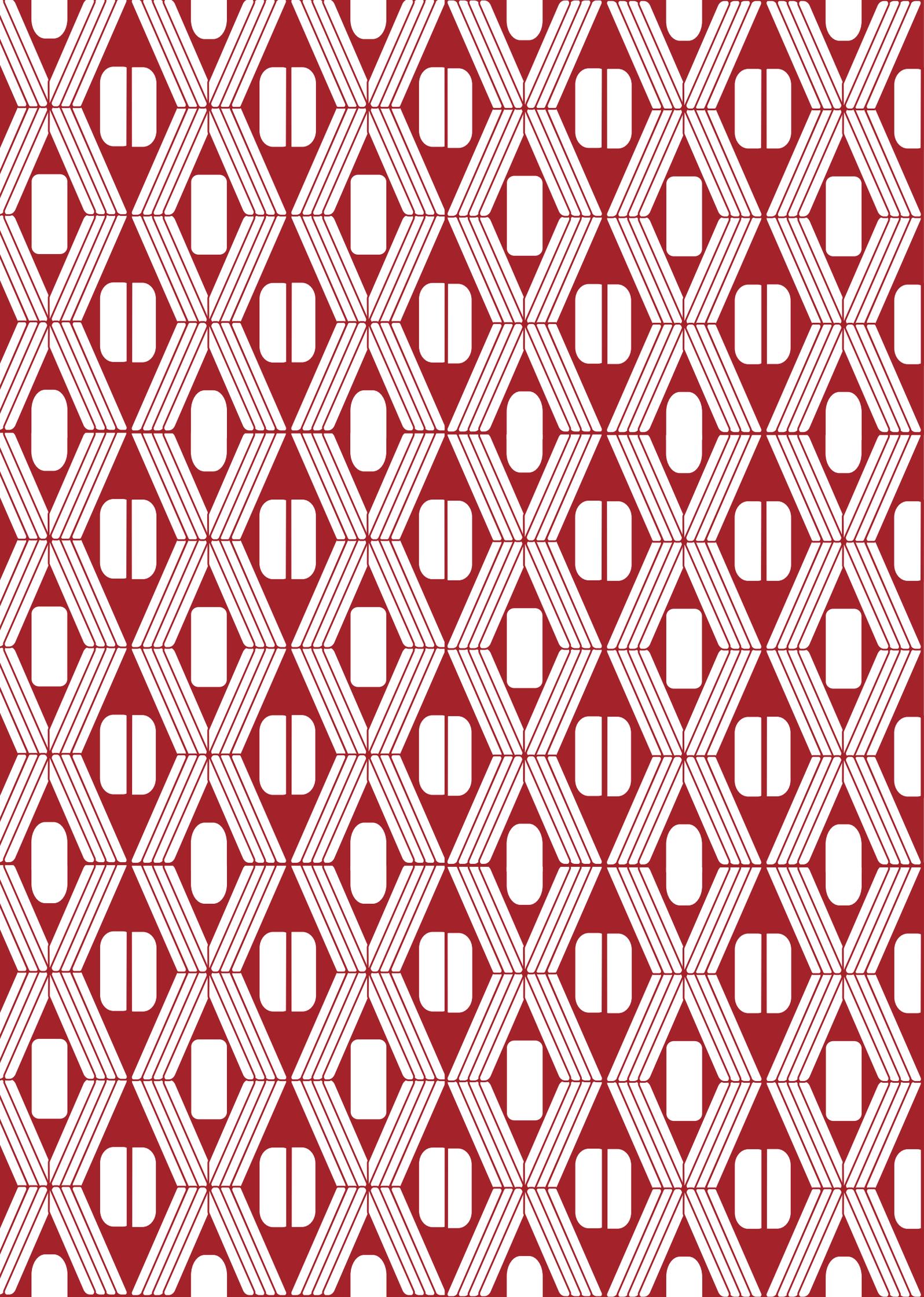
COCCAR	GUERREIRO
LUTA	CACIQUE
ARCO E FLECHA	INDÍGENA
MARACÁ	RESISTÊNCIA
AMEAÇA	ATAQUE





RETOMADA	DEMARCAÇÃO
DIREITOS	ETNIA
CONSTITUIÇÃO	TRADIÇÃO
CULTURA	RITUAL
HOMOLOGAÇÃO	DIVERSIDADE





A - Akuã - Aldeia - Ameaça - Arco e Flecha - Arnã - Ataque - Awê - Awêry

B

C - Cacique - Cocar - Constituição - Cultura

D - Demarcação - Diversidade

E - Etnia

F - Floresta - Fogo de 51

G - Guerreiro

H - Hertton - Homologação

I - Indígena

J - Jokana - Josefa

K - Kijeme

L - Luta

M - Maracá

N - Niamissum

O

P - Patioba - Patixi - Patxôhã

Q

R - Ramiar - Resistência - Retomada - Ritual - Roça

S -

T - Terras - Território - Thirry - Tradição - Tupissai

U

V

W - Werymerry

X

Y

Z

A - Akuã - Aldeia - Ameaça - Arco e Flecha - Arnã - Ataque - Awê - Awêry

B

C - Cacique - Cocar - Constituição - Cultura

D - Demarcação - Diversidade

E - Etnia

F - Floresta - Fogo de 51

G - Guerreiro

H - Hertton - Homologação

I - Indígena

J - Jokana - Josefa

K - Kijeme

L - Luta

M - Maracá

N - Niamissum

O

P - Patioba - Patixi - Patxôhã

Q

R - Ramiar - Resistência - Retomada - Ritual - Roça

S -

T - Terras - Território - Thirry - Tradição - Tupissai

U

V

W - Werymerry

X

Y

Z



ATIVIDADES

Marque um X no encontro da fila e da coluna, associando a palavra em Patxôhã e sua tradução ao português:

→	CASA	EU	ALDEIA	FLECHA	MULHER	INDÍGENA	AMOR	OBRIGADO	DANÇAR	ROUPA	DEUS	TE AMO
AKUÃ												
JOKANA												
KIJEME												
NIAMISSUM												
RAMIAR												
PATIXI												
WERYMERY												
THIRRY												
TUPISSAI												
AWÉRY												
HERTON												
ARNÃ												



Encontre os 7 erros:



Complete o texto com as palavras que estão faltando.

AKUÃ PATAXÓ: O JOVEM RAPPER QUE VALORIZA A CULTURA INDÍGENA

Akuã Pataxó é um jovem _____ da aldeia de _____, em Santa Cruz Cabralia, Bahia, que vem ganhando destaque na cena musical brasileira. Sua música é marcada pela mistura de ritmos e pela utilização da _____, falada pelo _____, como forma de resgate e valorização da _____.

Desde cedo, Akuã demonstrou interesse pela música e com o apoio da família e dos amigos da _____, começou a compor suas primeiras músicas e a se apresentar em eventos locais. Com o tempo, sua música começou a ganhar cada vez mais visibilidade e hoje ele é reconhecido como um dos principais _____ da _____ na música brasileira.

Akuã tem se destacado não apenas pela qualidade de sua música, mas também pela sua mensagem de _____. Da _____ e da _____. Em suas composições, ele aborda temas como a _____ pela _____ de _____, a _____ do _____ e a _____ dos _____.

Além disso, Akuã tem sido uma importante figura na _____ da _____, que estava em risco de _____. Ao utilizar a língua em suas músicas e nas suas _____, ele tem contribuído para a disseminação e valorização da língua entre os _____ da _____ e para além dela.

_____ representa uma nova geração de _____ que estão reivindicando seu espaço na cena musical brasileira e lutando pela valorização de suas _____ e _____. Sua música e sua mensagem são importantes não apenas para a comunidade _____, mas para toda a sociedade brasileira, que precisa reconhecer e valorizar a diversidade cultural do país. Akuã é uma voz que merece ser ouvida e valorizada.







**AMEAÇA
ATAQUE
GUERREIRO
LUTA
RESISTÊNCIA**

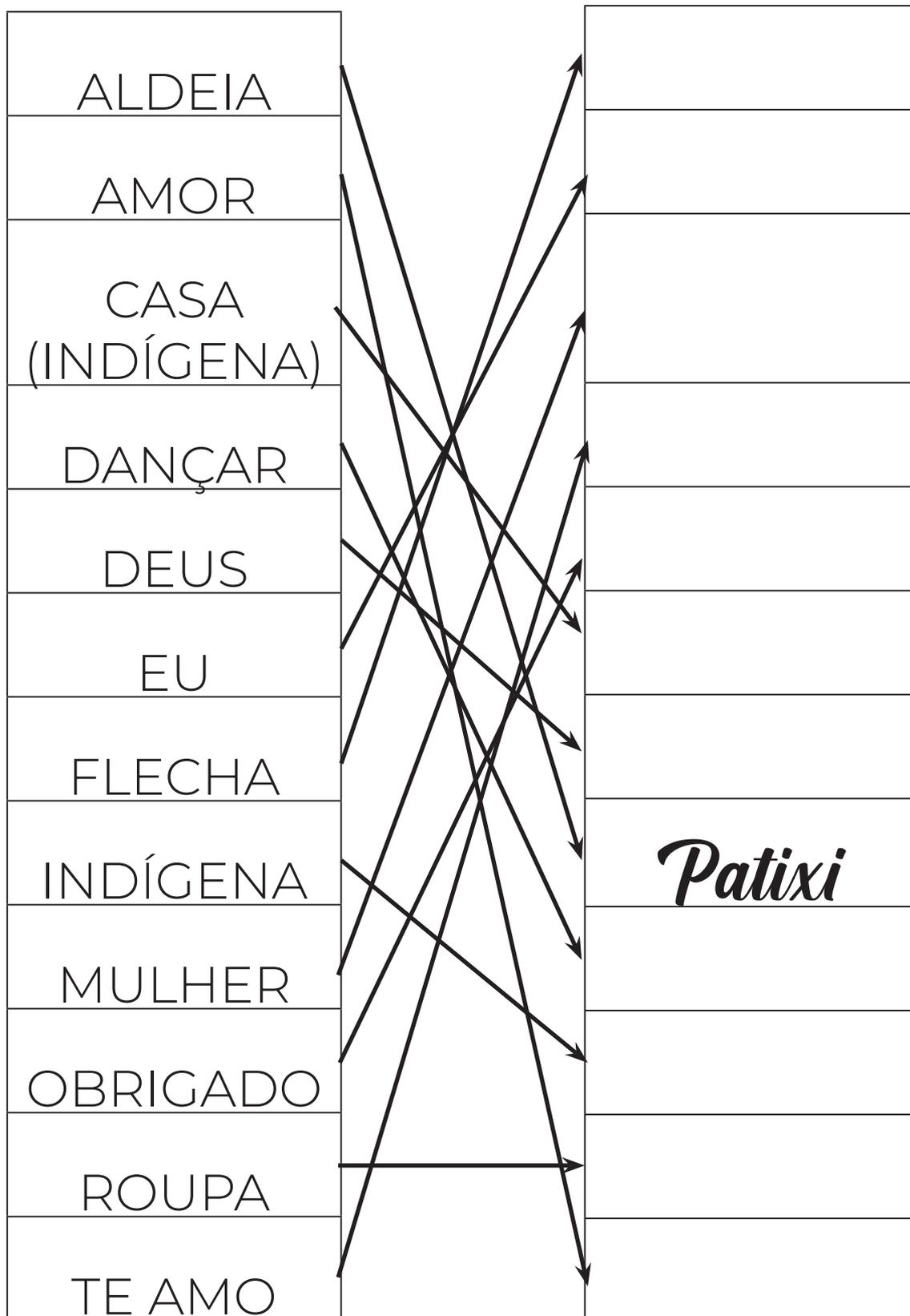
**ARCO E FLECHA
CACIQUE
COCAR
INDÍGENA
MARACÁ**

**AWÊ
FOGO DE 51
JOSEFA
PATIOBA
PATXÔHÃ**

**CONSTITUIÇÃO
DEMARCAÇÃO
DIREITOS
HOMOLOGAÇÃO
RETOMADA**

**ALDEIA
FLORESTA
ROÇA
TERRAS
TERRITÓRIO**

**CULTURA
DIVERSIDADE
ETNIA
RITUAL
TRADIÇÃO**



PATXÔHÃ

THIRRY

KIJEME

JOKANA

ARNÃ

HERTON

AKUÃ

NIAMISSUM

WERYMERRY

TUPISSAI

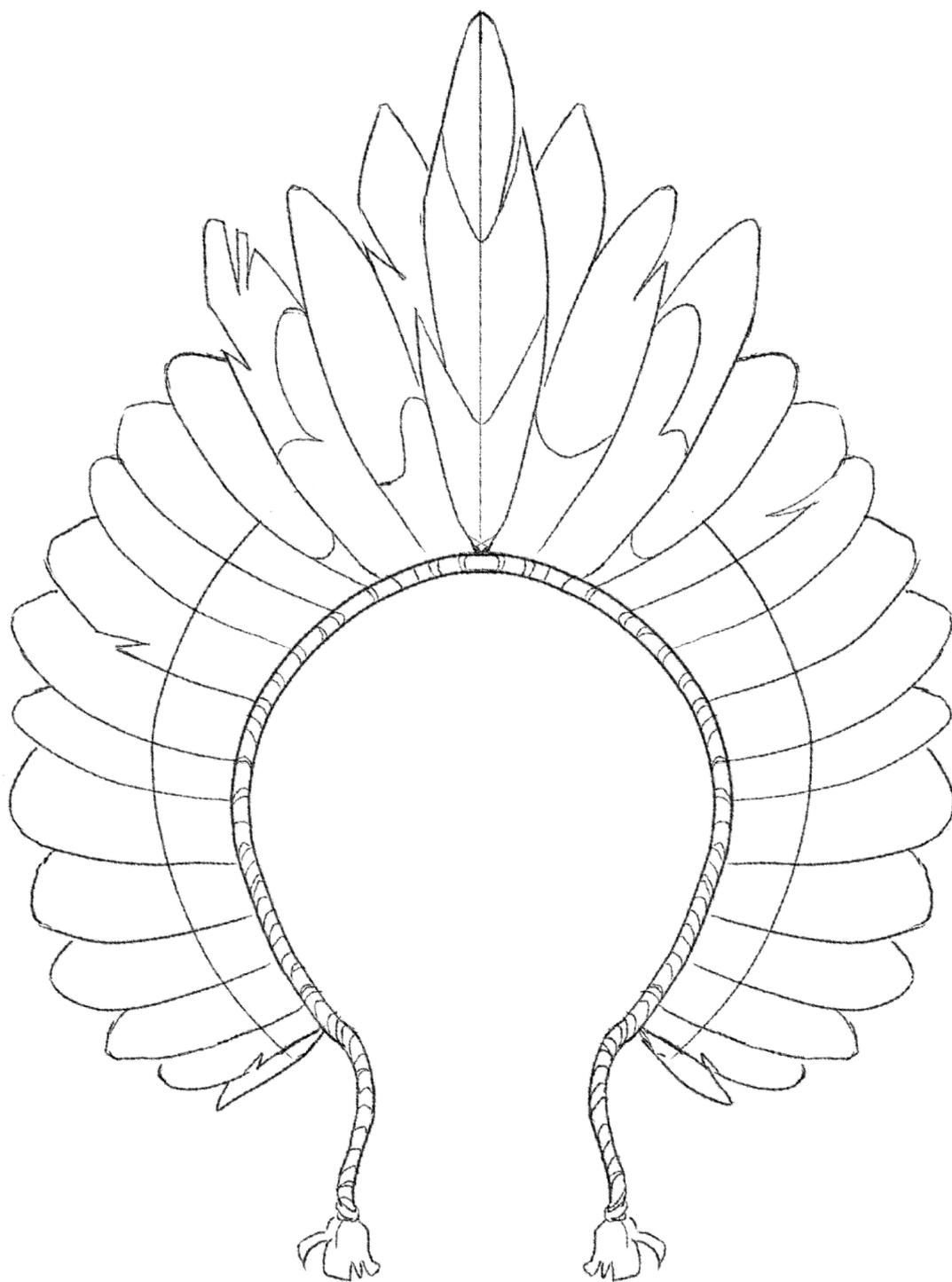
RAMIAR

PATIXI

AWÊRY

PORTUGUÊS

Pinte o cocar:



Ligue a pessoa às situações de sua história de vida:



Enfrentou alguns líderes e famílias de seu próprio povo para permanecer em seu território tradicional

Na universidade, acredita que para ser um bom militante é necessário ser um bom estudante, com domínio dos saberes, conhecimentos e ciência

Nasceu no Nordeste do Mato Grosso, por volta do ano de 1932



Em 1980 participou da fundação da ANAÍ - Associação Nacional de Ação Indigenista, que até hoje tem por objetivo promover um espaço de reflexão e ação política, menos burocrático que a universidade.

Ampliou as noções da língua portuguesa a partir do contato com os irmãos Villas-Bôas - Orlando, Cláudio e Leonardo

Em 01 de Janeiro de 2023, subiu a rampa do Planalto para empossar Luís Inácio Lula da Silva como presidente do Brasil, em seu terceiro mandato,

Com seu filho mais velho foi presa por cultivar a terra em que nasceu

Em 1971 fez a primeira viagem ao extremo sul da Bahia e defendeu a permanência dos Pataxó no território de Barra Velha

Nasceu em um território que enfrenta há décadas a intensa atividade mineradora realizada por multinacionais

Durante a pandemia do novo coronavírus afirmou em livro que "não se pode comer dinheiro" e defendeu a construção de um mundo novo, ao invés de um capitalismo consertado

Em 2020 enxergou o vírus que causou a pandemia de COVID-19 como um recado do planeta Terra aos humanos

De seu pai recebeu a missão de liderar o Povo Pataxó na reconquista do território de Barra Velha.

Em 1987, durante a Assembléia Constituinte, ao discursar no Congresso Nacional, pintou o rosto de preto com pasta de jenipapo para simbolizar o sofrimento dos povos indígenas

A pedido de seu professor e colega, o antropólogo Pedro Agostinho, se tornou coordenadora do Programa de Investigações sobre os Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB/UFBA)

Uma das suas principais estratégias de resistência foi desobedecer o governo e plantar a sua roça.

Foi crítico ferrenho dos governos Lula e Dilma, especialmente em razão da autorização para a hidrelétrica de Belo Monte

Identifique com o conjunto a que pertence, escrevendo nos retângulos DE(Dimensão Espacial) ou EP (Específico do Povo Pataxó).

Fogo de 51

Floresta

Terras

Patxôhã

Roça

Awê

Josefa

Patioba

Território

Aldeia

Identifique com o conjunto a que pertence, escrevendo nos retângulos PI (Povos Indígenas em Geral) ou CO (Coragem).

Indígena

Resistência

Arco e Flecha

Cacique

Ataque

Ameaça

Maracá

Guerreiro

Luta

Cocar



Identifique com o conjunto a que pertence, escrevendo nos retângulos CA (Conceitos Antropológicos) ou LE (Legislações).

Demarcação

Diversidade

Ritual

Constituição

Retomada

Direitos

Etnia

Homologação

Tradição

Cultura

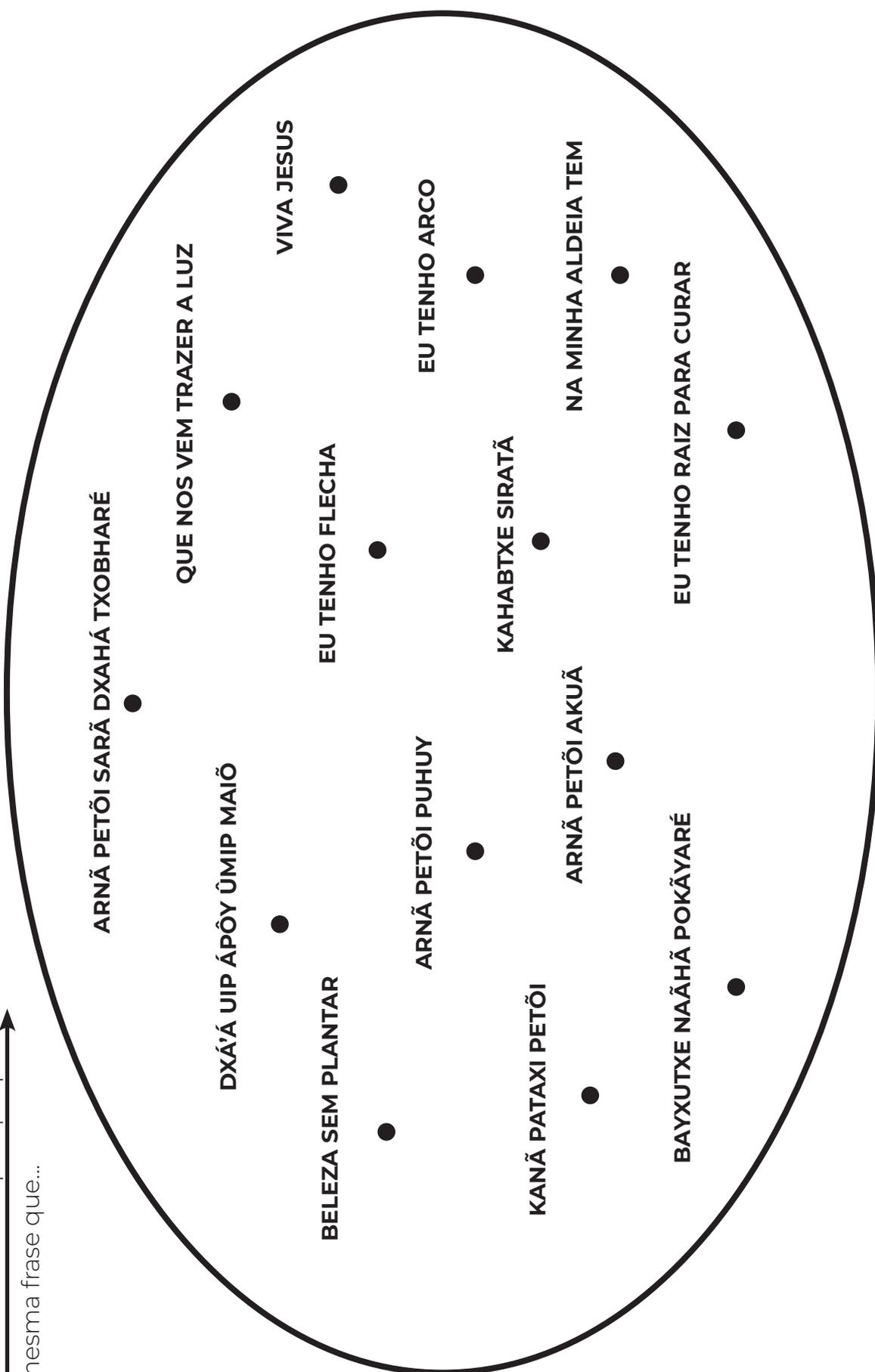
...tem a ver com...

JOSEFA ROÇA ALDEIA TERRAS PATXÔHÃ

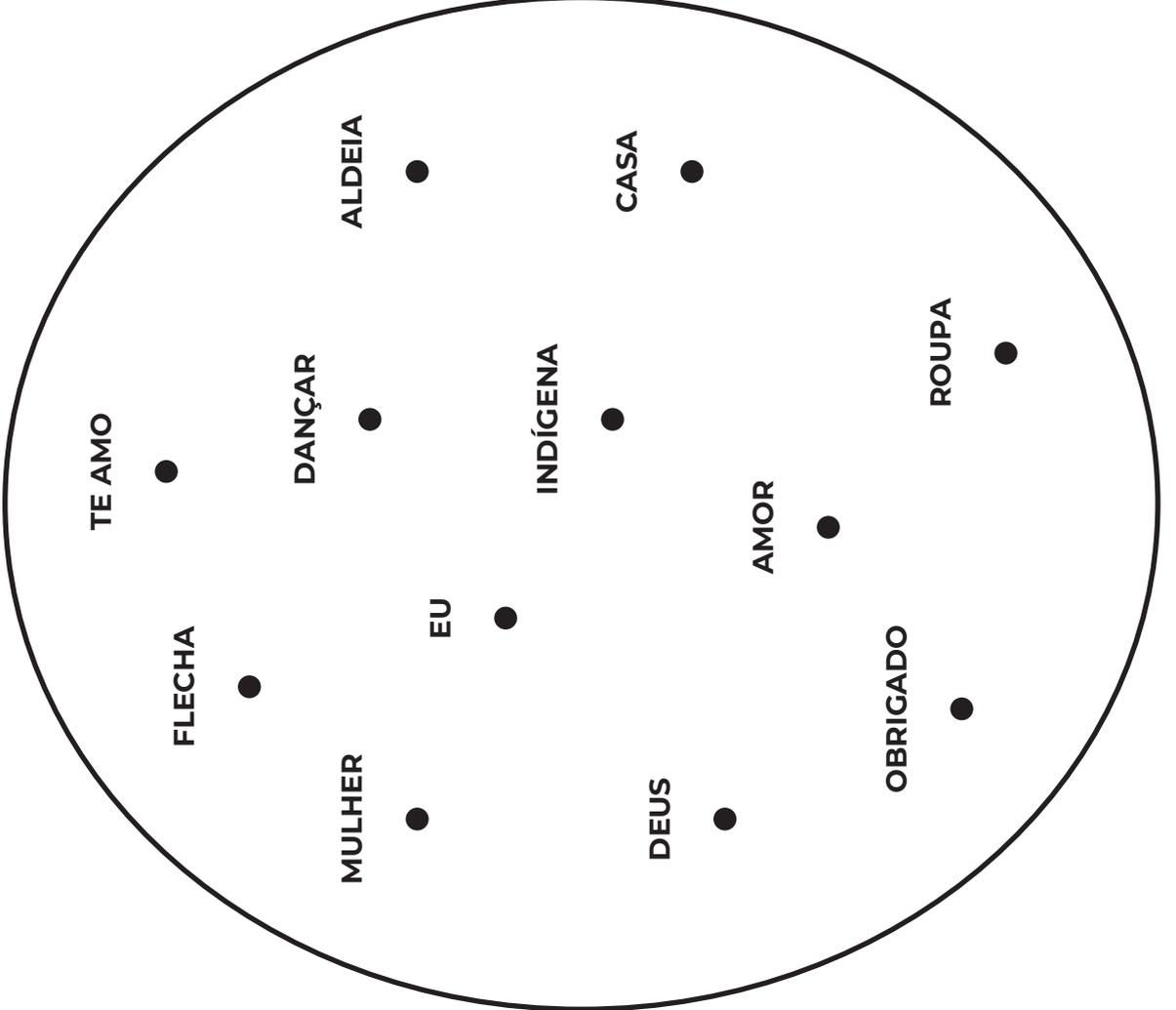
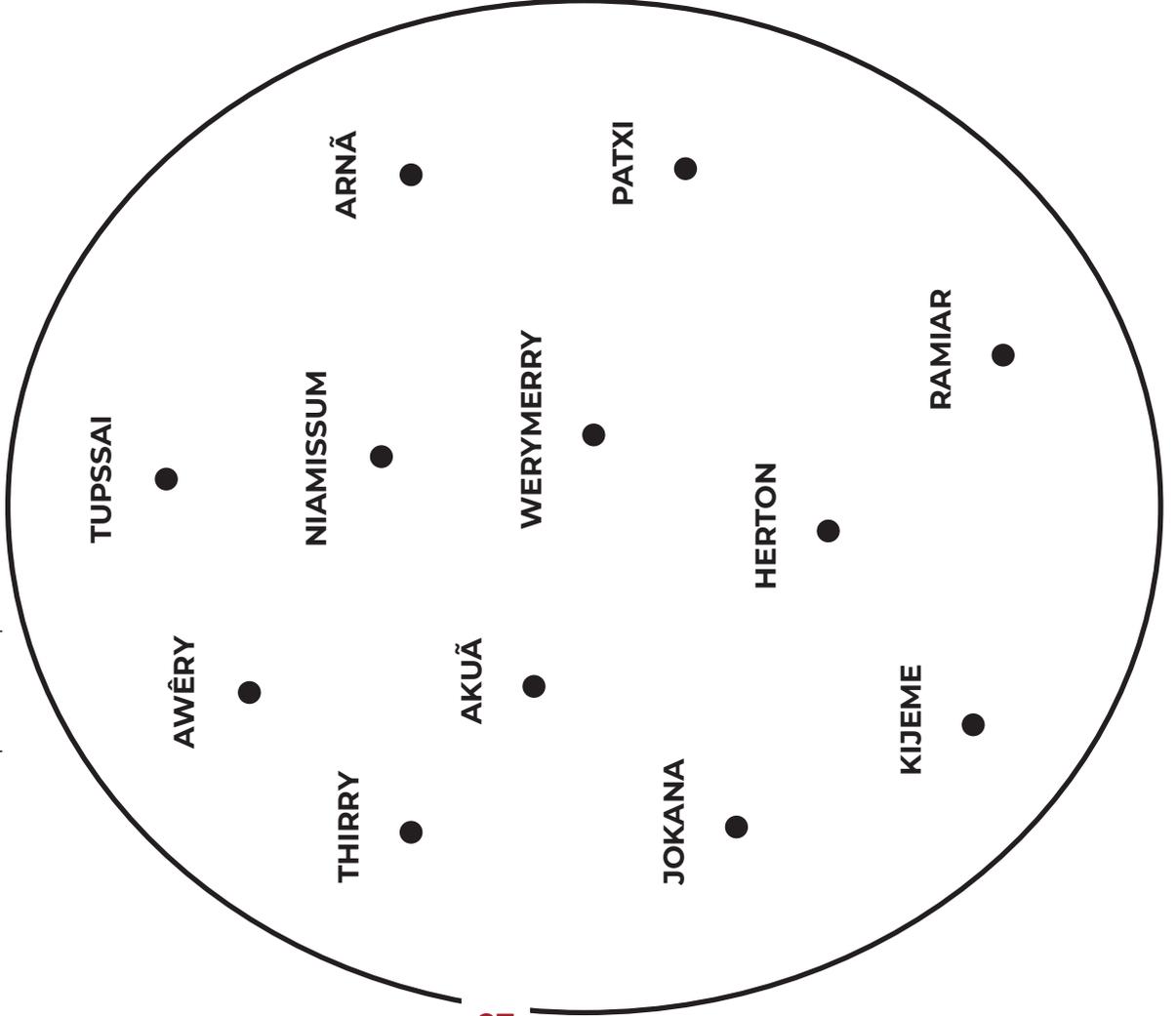
**DIMENSÃO ESPACIAL ESPECÍFICO DO POVO
PATAXÓ**



Faça uma flecha sempre que puder
..é a mesma frase que...



Faça uma flecha sempre que puder
..é a mesma palavra que...



FICHA VERITEK: Associar a palavra em patxohã com sua tradução em português:

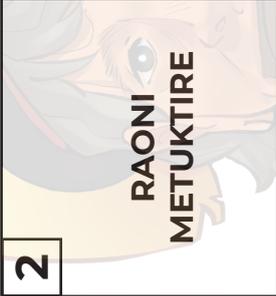
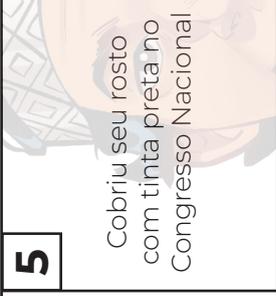


1	2	3	4	5	6
NIAMISSU	JOKANA	PATIXI	WERYMERRY	THIRRY	AKUNÃ
7	8	9	10	11	12
TUPISSAI	HERTON	RAMIAR	AKUÃ	KIJEME	AWÊRY

1	2	3	4	5	6
DANÇAR	ALDEIA	DEUS	AMOR	MULHER	EU
7	8	9	10	11	12
INDÍGENA	CASA (INDÍGENA)	ROUPA	FLECHA	OBRIGADO	TE AMO

FICHA VERITEK: Associar as frases:



<p>1</p> <p>Foi assessor especial de assuntos indígenas no governo de Minas Gerais entre 2003 e 2010</p>	<p>2</p> <p>RAONI METUKTIRE</p> 	<p>3</p> <p>Significado do termo Pataxó, segundo Kanátýo Pataxó</p>	<p>4</p> <p>CRIAÇÃO DE CANTOS</p>	<p>5</p> <p>Cobriu seu rosto com tinta preta no Congresso Nacional</p> 	<p>6</p> <p>Língua do tronco Macro-Jê e da família linguística Maxakalí</p>
<p>7</p> <p>Irmãs Anari Braz & Arissana Braz</p>	<p>8</p> 	<p>9</p> <p>JOENIA WAPICHANA</p>	<p>10</p> <p>Capitão Pataxó do território de Barra Velha em 1949</p>	<p>11</p> <p>FOGO DE 1951</p>	<p>12</p> <p>Município em que se encontra a maior TI Pataxó em Minas Gerais</p>

<p>1</p> <p>MARACÁ</p>	<p>2</p> <p>CARMÉSIA</p>	<p>3</p> <p>HONÓRIO BORGES</p>	<p>4</p> <p>Dois primeiras estudantes indígenas do Povo Pataxó na UFBA</p>	<p>5</p> <p>Narrativa de origem de legitimação histórica de reivindicações anti-gas</p>	<p>6</p> <p>Sendo este ato emblemático para assegurar os direitos indígenas na Constituição de 1988</p>
<p>7</p> <p>Aprendeu a língua portuguesa com 24 anos de idade</p>	<p>8</p> <p>PATXÔHÃ</p>	<p>9</p> <p>Tendo papel fundamental na elaboração de políticas públicas em defesa dos interesses indígenas na região</p>	<p>10</p> <p>Um dos avanços para o Povo Pataxó em razão da retomada de sua língua, segundo Anari Braz</p>	<p>11</p> <p>Primeira mulher indígena a presidir a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)</p>	<p>12</p> <p>Água da chuva batendo na terra, nas pedras, e indo embora para o rio e o mar</p>



FICHA VERITEK: Associar as frases:

1	2	3	4	5	6
A Reserva da Jaqueira é um lugar especial,	Ludmilla Alves é especialista	O povo indígena tem sofrido com a perda	A arte e a trajetória de Ludmilla Alves nos lembram da importância de valorizar e respeitar a cultura indígena	A luta pela valorização da cultura indígena tem sido uma pauta	A música de Akuã Pataxó é marcada pela utilização da língua Patxôhã, falada pelo povo Pataxó,
7	8	9	10	11	12
Sua música conseguiu a ganhar cada vez mais visibilidade e hoje	Akuã tem sido uma importante figura na retomada da língua Patxôhã,	Em suas composições, ele aborda temas como	Sua música e sua mensagem são importantes não apenas para a comunidade Pataxó,	Ludmilla Alves e Akuã Pataxó têm se destacado em suas áreas de atuação	A história de Ludmilla Alves é inspiradora e sua luta
1	2	3	4	5	6
Akuã Pataxó é reconhecido como um dos principais representantes da cultura Pataxó na música brasileira.	mas para toda a sociedade brasileira, que precisa reconhecer e valorizar a diversidade cultural do país.	pela valorização cultural do povo Pataxó é um exemplo de resistência.	que estava em risco de desaparecimento.	cada vez mais urgente e necessária em nossa sociedade.	e lutado pela valorização da cultura e da língua Pataxó.
7	8	9	10	11	12
e de reconhecer o papel fundamental que os povos originários desempenham na construção da nossa identidade nacional.	onde a cultura Pataxó é preservada e valorizada.	como forma de resgate e valorização da cultura indígena.	em pinturas manuais do povo Pataxó.	de suas tradições e com a invasão de suas terras.	a luta pela demarcação de terras indígenas, a preservação do meio ambiente e a resistência cultural dos povos originários.

Marque um "X" no encontro da palavra com o aspecto a que diz respeito.

...DIZ RESPEITO A...	DIMENSÃO ESPACIAL	ESPECÍFICO DO POVO PATAXÓ
ALDEIA	X	
AWÊ		
FLORESTA		
FOGO DE 51		
JOSEFA		
PATIOBA		
PATXÔHÃ		
ROÇA		
TERRAS		
TERRITÓRIO		



Marque um "X" no encontro da palavra com o aspecto a que diz respeito.

...DIZ RESPEITO A...	POVOS INDÍGENAS EM GERAL	CORAGEM
AMEAÇA		
ATAQUE		
CACIQUE		
COCAR		
DIREITOS		
GUERREIRO		
INDÍGENA		
LUTA		
MARACÁ		
RESISTÊNCIA		

Marque um "X" no encontro da palavra com o aspecto a que diz respeito.

...DIZ RESPEITO A...	CONCEITOS ANTROPOLÓGICOS	LEGISLAÇÕES
CONSTITUIÇÃO		
CULTURA		
DEMARCAÇÃO		
DIREITOS		
DIVERSIDADE		
ETNIA		
HOMOLOGAÇÃO		
TRADIÇÃO		
RETOMADA		
RITUAL		



...é do conjunto que se refere a...



Ligue cada palavra à sua classe gramatical, no texto *O que é uma retomada*.



ATUANTE



FORAM



POVOS



ENVOLVEM



INVENTARAM



CRIATIVO



RETOMADAS



OS



ENFRENTAMENTOS



SUBSTANTIVO



VERBO



ADJETIVO



ARTIGO



Complete o texto com as palavras que estão faltando.

O QUE É UMA RETOMADA?

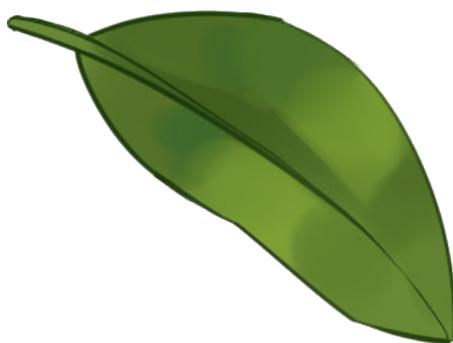
O _____ é muito atuante e tem resistido à _____ de seus _____ há muitos séculos.

Como movimento _____, tem desenvolvido _____ de _____ cada vez mais eficazes.

Os _____ inventaram uma estratégia que se difundiu dentre _____ de todo o _____.

Trata-se do que se convencionou chamar de “_____”, que nada mais é do que uma _____ da _____ - _____, _____ e _____ - de recuperar as _____ perdidas, das quais foram _____ à _____.

As _____ envolvem _____ e _____ e durante essas _____ de _____ pelo _____ muitos _____ são _____, _____ e _____.



O texto está bagunçado coloque o número em cada parágrafo para deixá-lo em ordem:

O QUE É UMA RETOMADA

- Trata-se do que se convencionou chamar de “retomada”, que nada mais é do que uma decisão da comunidade - adultos, idosos e crianças - de recuperar as terras ancestrais perdidas, das quais foram expulsos à força.
- O movimento indígena é muito atuante e tem resistido à invasão de seus territórios há muitos séculos.
- Como movimento criativo, tem desenvolvido estratégias de luta cada vez mais eficazes.
- As retomadas envolvem enfrentamento e resistência e durante essas etapas de luta pelo território muitos indígenas são torturados, espancados e mortos.
- Os pataxó hãhãe inventaram uma estratégia que se difundiu dentre povos indígenas de todo o Brasil.



Com seu grupo áulico, pesquise a definição das palavras da terceira entrega do conjunto de conceitos antropológicos e escreva nos espaços:

CULTURA

DIVERSIDADE

ETNIA

TRADIÇÃO

RITUAL

Ligue o início da frase (coluna 1) ao seu complemento (coluna 2) segundo o texto “Josefa Ferreira, Resistência Na Luta Pelo Território”.

Enquanto a reunião acontecia...
As Constituições Federais de 1934 e 1967, vigentes ao período em que Josefa viveu...
Trabalhou pelo seu território...
Josefa era uma mulher de enfrentamento, não aceitava as ordens dos guardas do parque para não plantar...
Essa decisão representou o extermínio silencioso dos Povos Indígenas...
Algumas famílias Pataxó aceitaram ser indenizadas...
Josefa foi uma das pessoas responsáveis para a demarcação do território de Barra Velha...
Josefa Ferreira nasceu na Aldeia Pataxó de Barra Velha...
O governo da época da criação do Parque Nacional Monte Pascoal objetivava...
Sua mãe era uma índia destemida...
Josefa Ferreira persistiu no trabalho da roça... ..

...pois seu povo passava fome por não ter onde plantar.
...pois seu povo passava fome por não ter onde plantar.
...em data que seus parentes não conseguem precisar.
...retirar os(as) indígenas, expulsá-los(as) e apossar-se de suas áreas, para tornar a área um monumento histórico.
...servia café para acompanhar a discussão.
...chegando a ser detida e levada para Itamaraju.
...pelas benfeitorias realizadas e entregaram a terra para o IBDF.
...e isso não era bem visto, sobretudo por se tratar de uma mulher.
...os Pataxó estavam em um período de reorganização e sérios conflitos...
...não traziam segurança de demarcação das terras dos(as) indígenas.

Ligue o início da frase (coluna 1) ao seu complemento (coluna 2) segundo o texto “Pataxó”.

Na segunda metade do século 18	são comuns viagens empreendidas por representantes do movimento de mobilização cultural provenientes de Coroa Vermelha e Barra Velha.
Há quem perceba no Fogo de 1951 [...]...	...do Patxôhã - “Língua de Guerreiro”.
No que diz respeito à relação entre os Pataxó da Bahia e de Minas Gerais...	...ao processo de retomada de parcelas do território tradicional das quais os índios foram esbulhados em distintos momentos históricos.
Em agosto celebra-se, anualmente, o Arsgwaksá...	...em 36 aldeias distribuídas em seis terras indígenas.
O ritual Awê...	...características de uma narrativa de origem que se insere em uma dialética mais ampla de legitimação histórica de reivindicações antigas.
O número significativo de aldeias Pataxós na atualidade se deve...	...a partir dos episódios do “Fogo de 1951” e da criação do Parque Nacional do Monte Pascoal.
Os Pataxó vivem no Extremo Sul do estado da Bahia...	...remonta do século 16.
Um grande esforço está sendo desenvolvido para a reconstrução...	...é o único considerado “coisa dos antigos”.
As comunidades de Minas Gerais se formaram, indiretamente...	...está sendo ensinado na escola indígena de Barra Velha desde a década de 1990.
Os “Jogos Indígenas Pataxó” são um evento esportivo e cultural que acontece, anualmente...	
A presença dos Pataxó na região entre o Rio de Porto Seguro e a margem norte do Rio São Mateus, no atual estado do Espírito Santo...	

Nome completo: _____

Data de nascimento: _____

FOLHA DE REDAÇÃO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

- 1 Verifique se o seu nome completo, a sua data de nascimento e o número do seu CPF, impressos nesta FOLHA DE REDAÇÃO, estão corretos.
- 2 Preencha o seu nome completo, a sua data de nascimento, o seu CPF e assinse somente no local apropriado.
- 3 Transcreva sua redação com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.

- 4 Não haverá substituição desta FOLHA DE REDAÇÃO por erro de preenchimento do PARTICIPANTE.
- 5 Escreva a sua redação com letra legível. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva, em seguida, o respectivo substitutivo.
- 6 Não será avaliado texto escrito em local indevido. Respeite rigorosamente as margens.
- 7 Não é permitido utilizar material de consulta.

Nome completo: _____

Número do CPF: _____

INEP

Ministério da Educação

Assinatura do participante _____

111


Centro de Estudos
Mandando Bem
41999799789





BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria Muniz de (Mayá). **A escola da reconquista**. Arataca: Teia dos Povos, 2021. 168 p.

CARVAJAL, Julieta Paredes. **Hilando Fino**: desde o feminismo comunitário Pindorama-Brasil. São Paulo: E:ttxihi, 2022. 52 p.

CARVALHO, Maria Rosário G. de. **Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, concentração em Antropologia).

CARVALHO, Maria Rosário de; MIRANDA, Sarah. **Pataxó**. In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (Brasil). Povos Indígenas no Brasil. São Paulo: Instituto Socioambiental, [2013/2021]. p. 01. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pataxó>. Acesso em: 21 nov. 2021.

CESAR, América Lúcia Silva. **Lições de Abril: construção de autoria entre os Pataxó de Coroa Vermelha**. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada).

JESUS, Genilson dos Santos de. O Programa de Educação Tutorial Comunidades Indígenas da UFBA como política de permanência, espaço de afirmação cultural e protagonismo estudantil. In: MATO, Daniel (org.). **Educación superior y pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina**: políticas y prácticas de inclusión, democratización e interculturalización. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2017. p. 145-162.

LUIS, Rodrigo. **Guajajara**: Sônia Guajajara. Campinas: Mostarda, 2022. 32 p. (Kariri).

PATAXÓ, Juliana do Rosário Santos. Josefa Ferreira, resistência na luta pelo território:subsistência e cultura através da relação com a terra. **Os Brasis e Suas Memórias**: os indígenas na formação nacional, [s. l], v. 1, n. 1, p. 1-10, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://osbrasisesuasmemorias.com.br/biografia-josefa-pataxo/>. Acesso em: 02 nov. 2022.
SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. “Breve História da

Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó de Monte Pascoal”. In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do. **Política indigenista**: leste e nordeste brasileiros. Brasília: Ministério da Justiça; Funai, 2000.

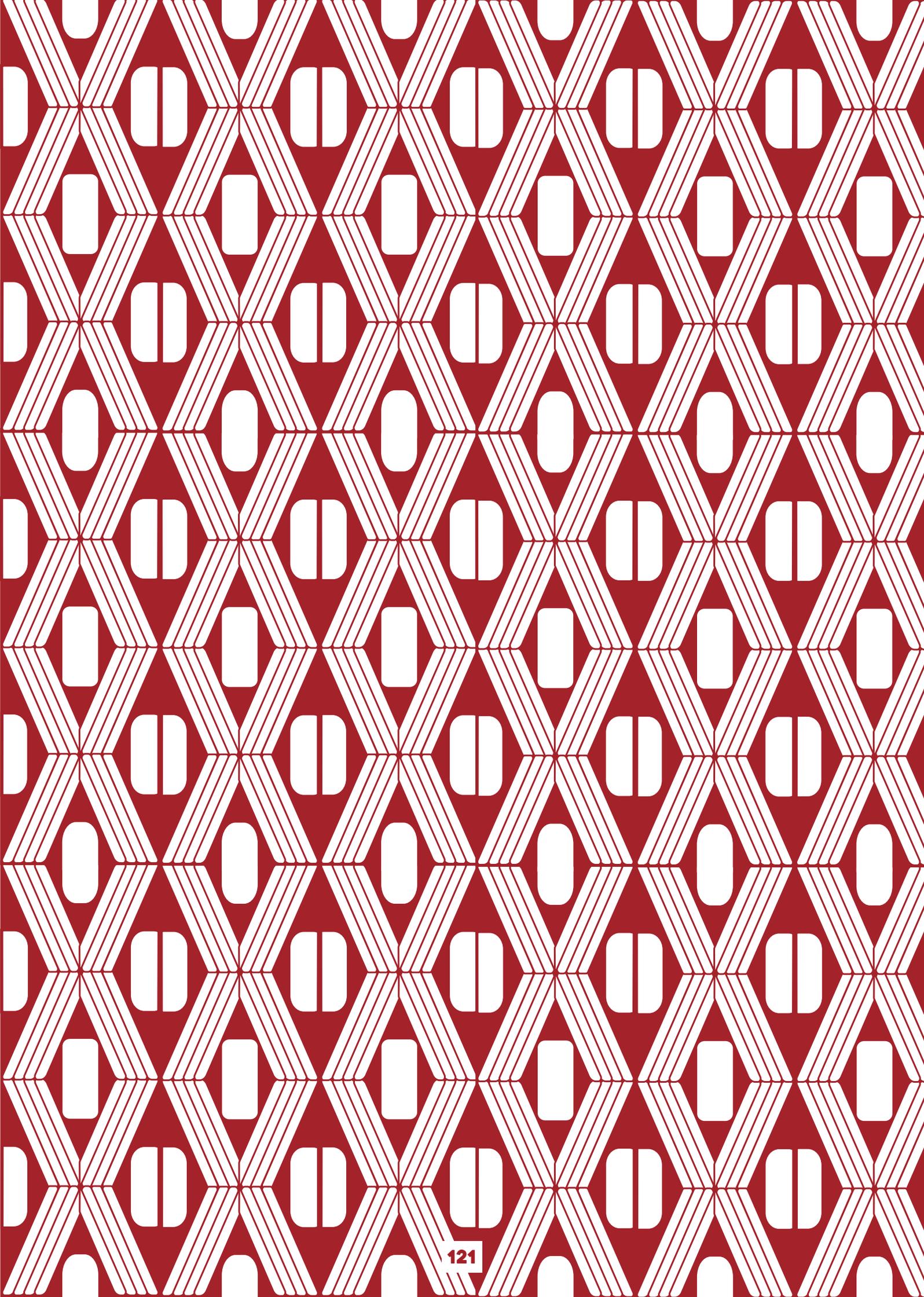
SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. “**PASSOU? AGORA É LUTA!**”: um estudo sobre ações afirmativas e a presença de jovens estudantes indígenas na universidade federal da bahia. 2016. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamentode Antropologia e Etnologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em:<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/23561?mode=full>. Acesso em: 31 dez. 2022.

SOUZA, Anari Braz Bomfim de. Patxôhã: o processo da língua pataxó no tempo presente. In: SANTOS, Jocélio Teles dos (org.). **Discutindo Etnicidades**: alimentação, afro-religiosidade, percursos intelectuais negros, política linguística e adornos corporais indígenas. Salvador: Edufba, 2014. Cap. 5. p. 129-166.

SOUZA, Arissana Braz Bomfim de. Adereços Pataxó. In: SANTOS, Jocélio Teles dos. **Discutindo Etnicidades**: alimentação, afro-religiosidade, percursos intelectuais negros, política linguística e adornos corporais indígenas. Salvador: Edufba, 2014. Cap. 6. p. 167-199.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Trajetórias Femininas Indígenas: gênero, memória, identidade e reprodução**. 2007. 136 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de PósGraduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1295372452Souza%20Jurema.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2022.

SOUZA, Ramon Rafaello Castro de. Dinâmicas de Territorialização e Etnicidade Pataxó no Território do Monte Pascoal. **Revista Zabelê**, Teresina, v. 3, n. 1, p. 67-94, jan. 2022. Disponível em: <file:///Users/teste/Downloads/13511-51030-1-PB.pdf>. Acesso em: 31 dez. 2022.





Com imenso prazer, disponibilizamos o caderno de atividades “Dona Josefa Ferreira Pataxó: memórias da luta e da resistência dos povos indígenas do Nordeste”. Este material foi pensado para ser utilizado na ACCS 2023.1, apoiada pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, mas também é destinado às Escolas Indígenas, para que possam valorizar a memória de anciãs como Dona Josefa, que lutou pela demarcação do território de Barra Velha, do Povo Pataxó.

O caderno contém atividades desenvolvidas a partir das teorias pós-construtivistas, com o objetivo de trabalhar a história da guerreira Josefa Ferreira Pataxó e incentivar a melhoria da produção escrita dos estudantes. Além disso, o material visa estudar a diversidade inerente ao convívio humano, promovendo a reflexão sobre a importância da preservação das tradições e da cultura dos povos indígenas.

Esperamos que este caderno seja um recurso valioso para professores e estudantes, e que ajude a difundir a história de luta e resistência dos povos indígenas do Nordeste. Acreditamos que é fundamental valorizar e preservar as memórias das anciãs como Dona Josefa, para que possamos aprender com suas experiências e seguir em frente na luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas.

Felipe Bruno Martins Fernandes



MUPOIBA

GEEMPA



ISBN: 978-65-00-60072-8

QR



9 786500 600728